

COLLECCÃO DAS LEIS

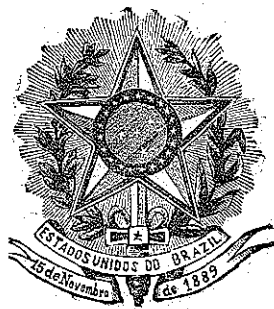
DA

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DE

1901

VOLUME I



RIO DE JANEIRO

IMPrensa NACIONAL

1902

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO	
BIBLIOTÉCA	
Nº	DATA
1721	24-4-44

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1901

	Pags.
N. 758 — FAZENDA — Decreto de 21 de maio de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 2º escripturario do Tribunal de Contas Antonio Corrêa Leal.....	1
N. 759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1901 — Autoriza o Poder Ex- ecutivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Nego- cios Interiores o credito extraordinario de 14:237\$216, para pagamento de vencimentos ao Dr. Arlindo de Aguiar e Souza.....	1
N. 760 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1901 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Inter- iores o credito extraordinario de 2:650\$, para pagamento da gratificação devida ao preparador da cadeira de chimica industrial da Escola Poly- technica, Jayme Carlos da Silva Telles.....	2
N. 761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1901 — Autoriza o Poder Ex- ecutivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Nego- cios Interiores o premio de 4:100\$, para paga- mento do premio devido ao Dr. Tiburcio Vale- riano Pepegueiro do Amaral, pela obra que pu- blicou e da respectiva impressão.....	3
N. 762 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1902 — Autoriza o Governo a conceder ao engenheiro Pedro Luiz Soares de Souza, ou á empresa ou companhia que organizar a construção de uma estrada	

	Pags.
de ferro a partir do ponto onde acaba a franca navegação a vapor do rio Branco ao ponto mais conveniente da fronteira com a Guyana Inglesa.	3
N. 763 — MARINHA — Decreto de 12 de junho de 1901 — Autoriza o Governo a transferir do Corpo de Engenheiros Navaes para o da Armada o capitão de fragata graduado Carlos Accioli.....	4
N. 764 — GUERRA — Decreto de 14 de junho de 1901 — Manda contar a antiguidade da promoção do tenente-coronel João Leocadio Pereira de Mello, a esse posto, de 17 de março de 1894.....	5
N. 765 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1901 — Concede ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde.....	5
N. 766 — FAZENDA — Decreto de 18 de junho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito preciso para pagamento do que for devido a Gustavo Saboya & C. em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal..	6
N. 767 — FAZENDA — Lei de 18 de junho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 72:751\$947, suplementar á verba n. 10 do art. 43 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.....	6
N. 768 — FAZENDA — Lei de 20 de junho de 1901 — Suspende temporariamente o decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, na parte relativa ás liquidações forçadas para os bancos nacionaes, com séde na Capital do Estado da Bahia.....	7
N. 769 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 304\$166 para pagamento dos vencimentos do finado escrivão do Juizo seccional no Estado do Paraná, capitão Damaso Corrêa de Bittencourt.....	
N. 770 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos supplementares de 150:000\$, ouro, á verba — Caixa de Amortização — e de 45:997\$038, ouro, á verba — Casa da Moeda — do corrente exercicio.....	8
N. 771 — MARINHA — Decreto de 10 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao com-	

- missario geral da Armada capitão de mar e guerra, chefe da 4ª secção do Quartel General da Marinha, José Francisco da Conceição, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier..... 9
- N. 772 — FAZENDA — Decreto de 11 de julho de 1901 — Concede a pensão de 100\$ mensaes, repartidamente, á viúva e filha do capitão de engenheiros Salustiano Ferreira Souto Sobrinho..... 9
- N. 773 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde..... 10
- N. 774 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a mandar pagar a Carlos Galdino Leal e outros, auxiliares e serventes nos trabalhos de exames preparatorios no Externato do Gymnasio Nacional..... 10
- N. 775 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1901 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Manoel Victorino Pereira, lente da 2ª cadeira de clinica chirurgica da Faculdade de Medicina da Bahia, um anno de licença com o respectivo ordenado..... 11
- N. 776 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito necessario para a desapropriação da casa em que funcçãoa uma das estações do Corpo de Bombeiros, sita á rua Humaytá, nesta Capital..... 11
- N. 777 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a computar, para a aposentadoria do director de Contabilidade da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, engenheiro José de Napoles Telles de Menezes, o tempo que o mesmo serviu em varias commissões dos Ministerios da Guerra, Agricultura e Industria, Viação e Obras Publicas..... 12
- N. 778 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1901 — Autoriza o Governo a conceder ao conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil,

	Pags.
Antonio Francisco de Oliveira Furtado, seis mezes de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde.....	12
N. 779 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 20:750\$, para indemnizar o Estado do Ceará da somma que recolheu aos cofres da União para conservação das linhas telegraphicas.....	13
N. 780 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1901 — Concede ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima mais um anno de licença.....	13
N. 781 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1901 — Concede ao Dr. Samuel da Gama Costa Mac Dowell um anno de licença...	14
N. 782 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1901 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.	14
N. 783 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 6:727\$754 á verba — Pessoal da Secretaria da Camara dos Deputados — do actual exercicio...	15
N. 784 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de setembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a dispensar a « Leopoldina Railway Company » da obrigação de construir o trecho entre Glycerio e Serra do Frade, da Estrada de Ferro Central de Macahé.....	15
N. 785 — MARINHA — Decreto de 11 de setembro de 1901 — Reorganisa o quadro do Corpo de Saude da Armada.....	16
N. 786 — MARINHA — Decreto de 11 de setembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a reintegrar no serviço activo da Armada o capitão de fragata graduado Francisco Augusto de Paiva Bueno Brandão.....	17
N. 787 — MARINHA — Decreto de 11 de setembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito necessario a satisfazer a despesa com a impressão da obra — <i>Lições de Balística</i> , do lente substituto da Escola Naval, capitão-tenente Narciso do Prado Carvalho.....	17

Pags.

- N. 788 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1901 — Autoriza o Governo a elevar a 1:800\$ annuaes a pensão concedida ao coronel honorario do Exercito Antonio Bezerra Cabral..... 18
- N. 789 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1901 — Autoriza o Governo a garantir os juros e amortização, durante 15 annos, do emprestimo de 650:000\$ que effectuar a Associação do 4º Centenario do Brazil, para o fim de construir o edificio destinado á Academia de Bellas Artes..... 18
- N. 790 — EXTERIOR — Decreto de 12 de setembro de 1901 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito da quantia necessaria, até 150:000\$ em ouro, para occorrer ás despesas com a representação brazileira na segunda conferencia internacional americana, que se reunirá no Mexico..... 19
- N. 790 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conductor geral do abastecimento de agua á Capital Federal, Alcéo Mario de Sá Freire, seis mezes de licença.. 20
- N. 791 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1901 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de novembro do corrente anno..... 20
- N. 792 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1901 — Concede um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao 2º escriptuario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal, no Estado do Paraná, Manoel Pereira Mendes..... 21
- N. 793 — GUERRA — Decreto de 4 de outubro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 837\$472 para pagamento do ordenado do fiel aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, João Leopoldino do Rego... 21
- N. 794 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1901 — Autoriza o Governo a extornar da consignação — Material — da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, do orçamento para 1900, a somma de 71:728\$232, ouro, para a parte correspondente em papel..... 22
- N. 795 — MARINHA — Lei de 16 de outubro de 1901 — Fixa a Força naval para o anno de 1902..... 22

	Paga.
N. 796 — GUERRA — Lei de 25 de outubro de 1901 — Fixa as Forças de terra para o exercício de 1902.	23
N. 797 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1901 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de novembro do corrente anno	24
N. 798 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1901 — Concede um anno de licença ao Dr. Manoel José de Queiroz Ferreira, preparador de physica da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.....	25
N. 799 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$, com o fim de ser entregue ao Sr. Alberto Santos Dumont, como premio pelo resultado de sua experiencia de um balão dirigivel	25
N. 800 — GUERRA — Decreto de 17 de novembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Minis- terio da Guerra o credito extraordinario de 630\$, para occorrer ao pagamento da diaria de 3\$ a Candido da Cunha Villela, por haver servido na commissão encarregada da construcção da linha telegraphica de Cuyabá a Corumbá.....	26
N. 801 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1901 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:000\$, para pagamento do aluguel da casa em que funcionou a Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, durante os mezes de setembro a dezembro de 1899, e o de 20:000\$, suplementar á verba 9ª, art. 28, lei n. 746, de 29 de dezembro ultimo — assignatura de notas.....	26
N. 802 — GUERRA — Decreto de 22 de novembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Minis- terio da Guerra o credito extraordinario de 4:806\$630, para cumprimento da sentença do Su- premo Tribunal Federal que mandou pagar ao major Demócrito Ferreira da Silva os vencimentos que deixou de receber	27
N. 803 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 3º escripturario do Tribunal de Contas, José de Moraes.....	28
N. 804 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1901 — Publica a resolução	

Pags.

	do Congresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno	28
N. 805	— GUERRA — Decreto de 29 de novembro de 1901 — Autoriza o Governo a confirmar no primeiro posto de official do Exercito os alferes graduados que tiverem as approvações plenas de que trata o art. 95 do regulamento que baixou com o decreto n. 2,881, de 18 de abril de 1893.....	26
N. 806	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar, por um anno, com ordenado, a licença concedida a Manoel Joaquim Ferreira, porteiro da extincta Inspectoria Geral de Estradas de Ferro, addido á Secretaria do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas....	29
N. 807	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1901 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Zacharias do Rego Monteiro, juiz do Tribunal Civil e Criminal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.	30
N. 808	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1901 — Autoriza o Governo a prorogar por seis mezes, com o respectivo ordenado, a licença concedida ao Dr. Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu, juiz do Tribunal Civil e Criminal.....	30
N. 809	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1901 — Autoriza o Governo a conceder ao engenheiro Joaquim Huet Bacellar, respeitados os direitos adquiridos, a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro de Manáos até a foz do rio Mahú.....	31
N. 810	— MARINHA — Decreto de 18 de dezembro de 1901 — Reorganisa o quadro do Corpo de Machinistas Navaes	32
N. 811	— FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1901 — Suspende e proroga por seis mezes os vencimentos das letras, notas promissorias e quaesquer outros titulos commerciaes da responsabilidade dos bancos nacionaes com séde no Estado de Pernambuco, e dá outras providencias.....	33
N. 812	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1901 — Concede um anno de licença ao Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, preparador effectivo da cadeira de operações e apparatus da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	33

	Pags.
N. 813 — FAZENDA — Lei de 23 de dezembro de 1901 — — Fixa a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1902, e dá outras providencias.....	34
N. 814 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1901 — — Concede a D. Leopoldina de Figueiredo Accioli, viuva do capitão de fragata graduado Carlos Accioli, a pensão de mensal 200\$000.....	48
N. 815 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1901 — — Eleva de 60\$ a 100\$ a pensão mensal do al- feres honorario Antonio Paes de Sá Barreto.....	48
N. 816 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 24 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, sup- plementar ao n. 14 do art. 2º da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900 — Diligencias policiaes.	49
N. 817 — MARINHA — Decreto de 26 de dezembro de 1901 — — Autoriza o Poder Executivo a mandar pagar ao capitão honorario 1º tenente reformado Colla- tino Marques de Souza a differença de soldo que deixou de receber durante os cinco annos que precederam à sua reclamação sobre contagem do tempo de serviço.....	49
N. 818 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1901 — Concede uma pensão mensal de 300\$ ao Dr. Amaro Rodrigues de Albuquerque Figueiredo	50
N. 819 — MARINHA — Decreto de 26 de dezembro de 1901 — — Autoriza o Governo a mandar contar ao capitão de fragata Francisco Carlton a antiguidade de sua promoção áquelle posto de 26 de abril de 1890	50
N. 820 — MARINHA — Decreto de 26 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 6:000\$, para pagamento de vencimentos ao ex- secretario do extinto Arsenal de Marinha de Per- nambuco, João Sabino Pereira Giraldes.....	51
N. 821 — MARINHA — Decreto de 27 de dezembro de 1901 — Determina que os vencimentos dos auxi- liares dos auditores de marinha e guerra na Capital Federal serão correspondentes aos de capitão dos corpos arregimentados do Exercito e equipara aos vencimentos daquelles os dos auditores de guerra dos 4º e 6º districtos mi- litares.....	51
N. 822 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1901 — — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da	

Pags.

- Guerra o credito extraordinario de 4:225\$800 para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao almoxarife do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes..... 52
- N. 823 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 736:424\$, supplementar á verba 10ª — Etapas — do art. 15 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900..... 52
- N. 824 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1901 — Approva o tratado que submete a arbitramento a questão de limites entre os Estados Unidos do Brazil e a Guyana Inglesa, firmado em Londres em 6 de novembro de 1901. 53
- N. 825 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença com o respectivo ordenado a Enéas Ferreira Valle, 2º escripturario da Alfandega de Manãos, Estado do Amazonas..... 53
- N. 826 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Concede a D. Isabel Thompson Esteves Junior, viuva do senador Antonio Justiniano Esteves Junior, a pensão mensal de 300\$000..... 54
- N. 827 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença ao fiel do thesoureiro da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Minas Geraes, Antonio de Santa Cecilia Junior.. 54
- N. 828 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 477:121\$620, ouro, supplementar á verba 35ª, art. 28 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900..... 55
- N. 829 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao bacharel Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude..... 55
- N. 830 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Restabelece, para todos os effeitos, o decreto legislativo n. 657, de 25 de novembro de 1899..... 56
- N. 831 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 13:300\$, para

	pagamento do premio e impressão de mil exemplares da obra « Theoria do processo civil e commercial », composta pelo Dr. João Pereira Monteiro.....	56
N. 832	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a extinguir a secção da Pagadoria da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	57
N. 833	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao machinista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Achilles Arnaud Coutinho.....	57
N. 834	— FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1901 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1902, e dá outras providencias.....	58
N. 835	— RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 100:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a Missão Especial que deve tratar da questão de limites com a Guyana Inglesa.....	98
N. 836	— FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.954:500\$332, papel, e 2:676\$445, ouro, para attender ao pagamento de dividas de exercicios findos.....	98
N. 837	— FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Eleva a 100\$ mensaes a pensão que percebe D. Cybele de Mendonça Souza Monteiro.....	99
N. 838	— FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Concede a D. Maria Isabel de Castro Pernambuco, viuva do ex-senador da Republica Dr. Joaquim José de Almeida Pernambuco, a pensão de 300\$000.....	99
N. 839	— FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Concede a D. Amelia Cavalcanti de Albuquerque a pensão mensal de 100\$000.....	100

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1901

DECRETO N. 758 — DE 21 DE MAIO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 2º escriptuario do Tribunal de Contas Antonio Corrêa Leal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, a Antonio Corrêa Leal, 2º escriptuario do Tribunal de Contas, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de maio de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 759 — DE 25 DE MAIO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 14:237\$216, para pagamento de vencimentos ao Dr. Arlindo de Aguiar e Souza.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de quatorze contos duzentos e trinta e sete mil duzentos e dezeseis réis (14:237\$216) para occorrer ao pagamento

dos vencimentos relativos ao periodo de 1 de agosto de 1894 a 31 de dezembro de 1896, que deixou de perceber o capitão medico da brigada policial desta Capital Dr. Arlindo de Aguiar e Souza, que, tendo sido exonerado por decreto de 30 de maio de 1894, foi pelo de 22 de fevereiro de 1897 mandado reverter ao quadro effectivo, visto haver provado que não solicitara a demissão que lhe foi dada ; fazendo as necessarias operações de credito e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio Pessoa.

DECRETO N. 760 — DE 25 DE MAIO DE 1901

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:650\$, para pagamento da gratificação devida ao preparador da cadeira de chimica industrial da Escola Polytechnica Jayme Carlos da Silva Telles.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:650\$ para pagamento da gratificação annual de 1:200\$ ao preparador da cadeira de chimica industrial da Escola Polytechnica desta Capital Jayme Carlos da Silva Telles, por haver accumulado o exercicio da cadeira de physica industrial da mesma Escola, no prazo de vinte e seis mezes e meio, que vae de 1º de janeiro de 1896 a 15 de março de 1898 ; fazendo para isso as necessarias operações de credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio Pessoa.

DECRETO N. 761 — DE 25 DE MAIO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:100\$, para pagamento do premio devido ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecegheiro do Amaral pela obra que publicou e da respectiva impressão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de quatro contos e cem mil réis para occorrer ao pagamento ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecegheiro do Amaral, lente cathedratico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, do premio arbitrado, na conformidade dos arts. 38 e 39 do Codigo do Ensino superior, pela obra que publicou, intitulada *Noções elementares de chimica organica*, e da impressão da mesma ; fazendo as operações necessarias e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1901, 13° da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio Pessoa.

DECRETO N. 762 — DE 27 DE MAIO DE 1901

Autoriza o Governo a conceder ao engenheiro Pedro Luiz Soares de Souza, ou á empresa ou companhia que organizar, a construcção de uma estrada de ferro a partir do ponto onde acaba a franca navegação a vapor do rio Branco ao ponto mais conveniente da fronteira com a Guyana Inglesa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao engenheiro Pedro Luiz Soares de Souza, ou á empresa ou companhia que organizar, sem onus algum para o Thesouro Federal, a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro de um metro entre trilhos, a partir do ponto onde acaba a franca navegação a vapor do rio Branco ao ponto mais conveniente da fronteira com a Guyana Inglesa.

§ 1.º Os pontos inicial ou terminal serão determinados definitivamente e bem assim as condições technicas, á vista dos

estudos apresentados e de accordo entre o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas e o da Guerra.

§ 2.º Essa estrada continuará a 2ª secção da que figura no plano geral da viação, partindo da cidade de Manaus á fronteira pelo valle do rio Branco.

§ 3.º Obrigar-se-ha o concessionario a apresentar os estudos definitivos dentro do prazo de dous annos a contar da data do decreto do Poder Executivo, fazendo-lhe a respectiva concessão; e a iniciar os trabalhos da construcção dentro do prazo de dous annos, a contar da data da approvação dos estudos.

Art. 2.º O prazo da concessão será de cincoenta annos, contado da data em que for a estrada aberta ao trafego, revertendo esta ao dominio da União ao findar-se o referido prazo.

Paragrapho unico. Serão concedidos ao concessionario todos os favores e vantagens inherentes a taes concessões e que não tragam onus para o Thesouro Federal.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de maio de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 763 — DE 12 DE JUNHO DE 1901

Autoriza o Governo a transferir do Corpo de Engenheiros Navaes para o da Armada o capitão de fragata graduado Carlos Accioli.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a transferir do Corpo de Engenheiros Navaes para o da Armada o capitão de fragata graduado Carlos Accioli, ficando, porém, aggregado ao quadro até que nelle haja vaga, excluidas as que occorrerem, em virtude de qualquer reorganisação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de junho de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 764 — DE 14 DE JUNHO DE 1901

Manda contar a antiguidade da promoção do tenente-coronel João Leocadio Pereira de Mello, a esse posto, de 17 de março de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. A antiguidade de promoção do tenente-coronel João Leocadio Pereira de Mello a este posto deve ser contada de 17 de março de 1894, em que foi a primeira vez a elle promovido ; revogando-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de junho de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 765 — DE 15 DE JUNHO DE 1901

Concede ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' concedido ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, para tratar de sua saude onde lhe convier, um anno de licença com todos os vencimentos ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio Pessoa.

DECRETO N. 766 — DE 18 DE JUNHO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito preciso para pagamento do que for devido a Gustavo Saboya & Comp. em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario da quantia que necessario for para cumprir a sentença do Supremo Tribunal Federal, que condemnou a Fazenda Federal a pagar a Gustavo Saboya & Comp. a quantia de 11:636\$490, juros e custas, proveniente do imposto a mais pago á Alfandega do Rio de Janeiro pela importação de sal em 1893 ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de junho de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 767 — DE 18 DE JUNHO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 72:751\$947, suplementar á verba n. 10 do art. 43 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 72:751\$947, suplementar á verba n. 10 do art. 43 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de junho de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

LEI N. 768 — DE 20 DE JUNHO DE 1901

Suspende temporariamente o decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, na parte relativa ás liquidações forçadas para os bancos nacionaes, com séde na Capital do Estado da Bahia.

Francisco de Assis Rosa e Silva, Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º Fica suspenso o decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, na parte relativa ás liquidações forçadas para os bancos nacionaes, com séde na Capital do Estado da Bahia, que declararem perante a respectiva Junta Commercial, dentro de 30 dias, a contar da data da publicação desta lei, adoptar o regimen que ella estabelece.

Paraphrasso unico. Esta suspensão durará sómente o tempo necessario para o fim indicado no art. 2º desta lei e não poderá exceder de quatro mezes.

Art. 2.º E' permittido aos mesmos bancos fazerem accordo extra-judicial com seus credores, desde que obtenham annuencia delles, representando mais de metade do valor sujeito aos effeitos do mesmo accordo.

Art. 3.º O accordo de que trata o artigo antecedente fica sómente dependente, para produzir seus effeitos, da homologação que será dada pelo juiz do commercio da jurisdicção dos bancos.

Art. 4.º Homologado o accordo, será elle obrigatorio para todos os credores actuaes, presentes e ausentes, conformes ou dissidentes, exceptuando-se os de dominio, os privilegiados e os hypothecarios e de letras hypothecarias.

Art. 5.º A sentença que homologar o accordo passará em julgado, no prazo de 48 horas, que correrão no cartorio, e della só poderá haver recurso de aggravo de instrumento para o tribunal superior do districto do banco.

Art. 6.º A recusa de accordo pelos credores chirographarios não induz liquidação forçada.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 20 de junho de 1901, 13º da Republica.

DR. FRANCISCO DE ASSIS ROSA E SILVA,

Presidente do Senado.

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO N. 769 — DE 22 DE JUNHO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 304\$166 para pagamento dos vencimentos do finado escrivão do Juizo seccional no Estado do Paraná, capitão Damaso Corrêa de Bittencourt.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 304\$166 para pagamento dos vencimentos devidos, no periodo de 10 de setembro a 23 de novembro de 1894, aos herdeiros do finado escrivão do Juizo seccional no Estado do Paraná, capitão Damaso Corrêa de Bittencourt; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de junho de 1901, 13^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio Pessoa.

DECRETO N. 770 — DE 9 DE JULHO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos supplementares de 150:000\$, ouro, á verba — Caixa de Amortização — e de 45:997\$038, ouro, á verba — Casa da Moeda — do corrente exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda os seguintes creditos supplementares, fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario:

Lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, art. 23,
n. 9 — Caixa de Amortização — para encomenda de notas ao cambio de 27..... 150:000\$000
N. 10 — Casa da Moeda — (material) para pagamento de 21.520.000 sellos adhesivos encomendados a Bradburg, Wilkinson & Comp., ao cambio de 27..... 45:997\$038
Capital Federal, 9 de julho de 1901, 13^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 771 — DE 10 DE JULHO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao commissario geral da Armada, capitão de mar e guerra, chefe da 4ª secção do Quartel General da Marinha, José Francisco da Conceição, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder seis mezes de licença, com todos os vencimentos, ao capitão de mar e guerra José Francisco da Conceição, commissario geral da Armada e chefe da 4ª secção do Quartel General da Marinha, para tratar de sua saúde onde julgar conveniente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de julho de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 772 — DE 11 DE JULHO DE 1901

Concede a pensão de 100\$ mensaes, repartidamente, á viuva e filha do capitão de engenheiros Salustiano Ferreira Souto Sobrinho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' concedida a D. Ernestina Fontoura Ferreira Souto, viuva do capitão de engenheiros Salustiano Ferreira Souto Sobrinho, e á sua filha, uma pensão mensal de 100\$, repartidamente, sem prejuizo do meio soldo que lhes compete por lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de julho de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 773 — DE 13 DE JULHO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a conceder a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de julho de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio Pessoa.

DECRETO N. 774 — DE 22 DE JULHO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a mandar pagar a Carlos Galdino Leal e outros, auxiliares e serventes nos trabalhos de exames preparatorios no Externato do Gymnasio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a mandar pagar a Carlos Galdino Leal e outros, auxiliares e serventes nos trabalhos de exames preparatorios no Externato do Gymnasio Nacional, a quantia a que tiverem direito pelos serviços prestados durante os mezes de janeiro, fevereiro e março do anno passado ; fazendo para isso as necessarias operações de credito e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de julho de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio Pessoa.

DECRETO N. 775 — DE 22 DE JULHO DE 1901

Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Manoel Victorino Pereira, lente da 2ª cadeira de clinica cirurgica da Faculdade de Medicina da Bahia, um anno de licença com o respectivo ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença com o respectivo ordenado ao Dr. Manoel Victorino Pereira, lente da 2ª cadeira de clinica cirurgica da Faculdade de Medicina da Bahia; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de julho de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio Pessoa.

DECRETO N. 776 — DE 27 DE JULHO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito necessario para a desapropriação da casa em que funciona uma das estações do Corpo de Bombeiros, sita á rua Humaytá, nesta Capital.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito que for necessario para promover a desapropriação da casa em que funciona uma das estações do Corpo de Bombeiros, sita á rua Humaytá, nesta cidade, por ter a autorização, que para tal fim foi dada pelo art. 3º da lei n. 652, de 1899, caducado com o encerramento do exercicio de 1901; fazendo as precisas operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de julho de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio Pessoa.

DECRETO N. 777 — DE 29 DE JULHO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a computar, para a aposentadoria do director de Contabilidade da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, engenheiro José de Napoles Telles de Menezes, o tempo que o mesmo serviu em varias commissões dos Ministerios da Guerra, Agricultura e Industria, Viação e Obras Publicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a computar, para a aposentadoria do director de Contabilidade da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, engenheiro José de Napoles Telles de Menezes, todo o tempo que o mesmo serviu em varias commissões dos Ministerios da Guerra, Agricultura e Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de julho de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 778 — DE 29 DE JULHO DE 1901

Autoriza o Governo a conceder ao conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Antonio Francisco de Oliveira Furtado, seis mezes de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a conceder seis mezes de licença, com o respectivo ordenado, a Antonio Francisco de Oliveira Furtado, conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, para tratar de sua saude.

Capital Federal, 29 de julho de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 779 — DE 29 DE JULHO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 20:750\$000, para indemnizar o Estado do Ceará da somma que recolheu aos cofres da União para conservação das linhas telegraphicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 20:750\$000, para indemnizar o Estado do Ceará da somma que recolheu aos cofres da União para conservação das linhas telegraphicas que transferiu a esta, nos termos do accordo de 16 de fevereiro de 1900; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de julho de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 780 — DE 10 DE AGOSTO DE 1901

Concede ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima mais um anno de licença.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' concedido ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, mais um anno de licença com todo o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de agosto de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 781 — DE 17 DE AGOSTO DE 1901

Concede ao Dr. Samuel da Gama Costa Mac-Dowell um anno de licença

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Samuel da Gama Costa Mac-Dowell, lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 782 — DE 31 DE AGOSTO DE 1901

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorogar a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.

Capital Federal, 31 de agosto de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 783 — DE 31 DE AGOSTO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 6:727\$754 á verba — Pessoal da Secretaria da Camara dos Deputados — do actual exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Governo autorizado a abrir o credito supplementar de 6:727\$754 á verba — Pessoal da Secretaria da Camara dos Deputados — para pagamento, no corrente exercicio, a um chefe de secção incumbido da bibliotheca da Camara dos Deputados e a um conservador da bibliotheca, nomeados por deliberação da mesma Camara, em sessão de 6 de julho do corrente anno, o primeiro com o vencimento annual de 9:000\$ e o segundo com o de 5:000\$, sendo dous terços de ordenado fixo e um terço de gratificação; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 784 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a dispensar a « Leopoldina Railway Company » da obrigação de construir o trecho entre Glycerio e Serra do Frade, da Estrada de Ferro Central de Macahé.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a dispensar a *Leopoldina Railway Company* da obrigação de construir o trecho entre Glycerio e Serra do Frade, da Estrada de Ferro Central de Macahé, ficando limitado o capital sobre que recahe a garantia de juros de 6 % ao já fixado para a linha em trafego.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de setembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 785 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1901

Reorganisa o quadro do Corpo de Saude da Armada

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º O quadro do Corpo de Saude da Armada ficará assim constituído:

- 1 inspector de saude naval, contra-almirante ;
- 2 cirurgiões, capitães de mar e guerra ;
- 6 cirurgiões, capitães de fragata ;
- 18 cirurgiões, capitães-tenentes ;
- 20 cirurgiões, 1.ª tenentes ;
- 20 cirurgiões, 2.ª tenentes ;
- 1 chefe de pharmacia, capitão de fragata ;
- 2 pharmaceuticos, capitães-tenentes ;
- 3 pharmaceuticos, 1.ª tenentes ;
- 3 pharmaceuticos, 2.ª tenentes ;
- 3 pharmaceuticos, guardas-marinha.

§ 1.º O posto de contra-almirante, inspector de saude naval, como posto de accesso que é, será sempre preenchido por cirurgião de 1.ª classe, capitão de mar e guerra, de conformidade com o art. 85 da Constituição e com as leis e regulamentos vigentes.

§ 2.º Fica extinto o quadro extranumerario, transferidos os officiaes medicos nelle existentes para o quadro ordinario, de que trata este artigo.

Art. 2.º A idade para a reforma compulsoria do contra-almirante inspector geral de saude da Armada e do capitão de fragata chefe de pharmacia será de 66 annos para aquelle e de 64 para este.

Art. 3.º O tempo, em que os officiaes superiores do Corpo de Saude da Armada servirem nos logares de chefes de clinica do hospital e dos arsenaes de marinha, deve ser computado, para todos os effeitos, como si esses facultativos exercessem os logares de chefes de saude de forças navaes.

Art. 4.º Os medicos que tenham pertencido ao Corpo de Saude da Armada, mediante concurso, poderão reverter no mesmo corpo independente de novas provas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de setembro de 1901, 13.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 786 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a reintegrar no serviço activo da Armada o capitão de fragata graduado Francisco Augusto de Paiva Bueno Brandão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a reverter para o serviço activo da Armada e classificar no quadro especial dos officiaes de marinha, que servem no corpo docente da Escola Naval, o capitão-tenente, graduado em capitão de fragata, Francisco Augusto de Paiva Bueno Brandão, sem outra vantagem mais, a não ser a da contagem do tempo que tem servido como lente, para ulterior reforma ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de setembro de 1901, 13° da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 787 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito necessario a satisfazer a despesa com a impressão da obra — Lições de Balística — do lente substituto da Escola Naval, capitão-tenente Narciso do Prado Carvalho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha, de accordo com a respectiva disposição do Código do Ensino, o credito necessario para a impressão da obra do lente substituto da Escola Naval capitão-tenente Narciso do Prado Carvalho — Lições de Balística — devidamente approvada pela congregação daquella escola, ou no caso de já estar impressa a referida obra, para indemnizar o seu autor da despesa que houver feito com a impressão do numero de volumes, de que trata o citado Código de Ensino.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de setembro de 1901, 13° da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 788 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1901

Autoriza o Governo a elevar a 1:800\$ annuaes a pensão concedida ao coronel honorario do Exercito Antonio Bezerra Cabral.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a elevar a 1:800\$ annuaes a pensão concedida ao coronel honorario do Exercito Antonio Bezerra Cabral, por decreto de 26 de outubro de 1869, em attenção aos relevantes serviços prestados na campanha do Paraguay ; revogada qualquer disposição em contrario.

Capital Federal, 11 de setembro de 1901, 13^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 789 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1901

Autoriza o Governo a garantir os juros e amortização, durante quinze annos, do emprestimo de 650:000\$, que effectuar a Associação do 4^o Centenario do Brazil, para o fim de construir o edificio destinado á Academia de Bellas Artes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a garantir os juros e amortização, durante quinze annos, na importancia annual de setenta e um contos e quinhentos mil réis (71:500\$) correspondente ao emprestimo de 650:000\$, juros de sete por cento (7 %), amortização de quatro por cento (4 %), que effectuar a Associação do 4^o Centenario do Brazil, para o fim de construir o edificio destinado á Academia de Bellas Artes.

§ 1.^o A Associação obrigar-se-ha a construir o referido edificio no prazo de dezoito mezes, a datar de 1 de janeiro de 1901.

§ 2.^o Esse edificio será incorporado aos bens do dominio federal pertencentes ao Ministerio do Interior, e, uma vez construido o edificio em que funciona a actual Academia, será entregue ao Ministerio da Fazenda, afim de aproveitá-lo como dependencia do Thesouro.

§ 3.º O edificio da Academia será construido de accordo com o projecto que ao Ministerio do Interior submeterá a Associação do 4º Centenario, a qual se obrigará a terminal-o com o producto do emprestimo, sem direito a qualquer outro pagamento, a qualquer titulo que seja.

§ 4.º As rendas e emolumentos da Academia de Bellas Artes serão destinados ás despesas do referido emprestimo; e o Governo fica autorizado a abrir o credito necessario a este serviço durante o exercicio desta lei.

Capital Federal, 11 de setembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N.º 790 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1901

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito da quantia necessaria, até 150:000\$ em ouro, para occorrer ás despesas com a representação brasileira na segunda conferencia internacional americana, que se reunirá no Mexico.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito da quantia necessaria até 150:000\$ em ouro, para occorrer ás despesas com a representação brasileira na segunda conferencia internacional americana que se reunirá no mez de outubro deste anno, na Capital da Republica dos Estados Unidos Mexicanos; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de setembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olynho de Magalhães.

DECRETO N. 790 A — DE 12 DE SETEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conductor geral do abastecimento de agua á Capital Federal Alcéo Mario de Sá Freire seis mezes de licença.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder seis mezes de licença, com o ordenado a que tiver direito, a Alcéo Mario de Sá Freire, conductor geral do abastecimento de agua á Capital Federal, para tratar de sua saude onde julgar conveniente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de setembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 791 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1901

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de novembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorogar novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de novembro do corrente anno.

Capital Federal, 28 de setembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 792 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1901

Concede um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao 2º escriptuario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal, no Estado do Paraná, Manoel Pereira Mendes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' concedido ao 2º escriptuario da Delegacia Fiscal no Estado do Paraná, Manoel Pereira Mendes, um anno de licença, em prorrogação á de dous mezes, em cujo goso se acha, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de outubro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 793 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 837\$472 para pagamento do ordenado do fiel aposentado do extincto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, João Leopoldino do Rego.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 837\$472 para pagamento do ordenado do fiel aposentado do extincto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco João Leopoldino do Rego, a contar de 19 de janeiro de 1899 a 5 de fevereiro de 1900, visto não haver sido contemplado nos respectivos orçamentos ; fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de outubro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 794 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1901

Autoriza o Governo a extornar da consignação — Material — da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, do orçamento para 1900, a somma de 71:728\$232 ouro, para a parte correspondente em papel.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a extornar da consignação — Material — da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, do orçamento para 1900, do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, a somma de 71:728\$232 do credito de 2.200:000\$, ouro, para a parte correspondente a 237:902\$460, que nesta especie foi paga a Lage & Irmãos, proveniente de fornecimento de carvão, quando devia ser naquella; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de outubro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

LEI N. 795 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1901

Fixa a Força naval para o anno de 1902

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º A Força naval no anno de 1902 constará:

§ 1.º Dos officiaes da Armada e classes annexas, conforme os respectivos quadros.

§ 2.º De 130, no maximo, aspirantes a guardas-marinha.

§ 3.º De 4.000 praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes, inclusive 300 praças para as companhias de foguistas e 100 para a companhia do Estado de Matto Grosso.

§ 4.º De 700 foguistas contractados, de conformidade com o regulamento promulgado para os foguistas extraordinarios.

§ 5.º De 1.500 aprendizes marinheiros.

§ 6.º De 450 praças do Corpo de Infantaria de Marinha.

§ 7.º Em tempo de guerra, do dobro do pessoal dos §§ 3º, 4º, 5º e 6º.

Art. 2.º As praças e ex-praças que se engajarem por mais de tres annos e em seguida por dous, pelo menos, terão direito em cada engajamento ao valor recebido em dinheiro das peças de fardamento gratuitamente distribuidas aos recrutas.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de outubro de 1901, 13.ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

LEI N. 796 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1901

Fixa as Forças de terra para o exercicio de 1902

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei :

Art. 1.º As Forças de terra para o exercicio de 1902 constarão:

§ 1.º Dos officiaes das differentes classes do Exercito.

§ 2.º Dos alumnos das escolas militares até 800 praças.

§ 3.º De 28.160 praças de pret, distribuidas de accordo com a organização em vigor, as quaes poderão ser elevadas ao dobro ou mais em circumstancias extraordinarias.

Art. 2.º Estas praças serão obtidas pela forma expressa no art. 87, § 4º, da Constituição e na lei n. 2.556, de 26 de setembro de 1874, com as modificações estabelecidas nos arts. 3º, e 4º da lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1892, continuando em vigor o paragrapho unico do art. 2º e o art. 3º da lei n. 394, de 9 de outubro de 1896.

Art. 3.º Enquanto não for executado o sorteio militar, o tempo de serviço para os voluntarios será de tres annos, podendo o engajamento dos que tiverem concluido esse tempo de serviço ter logar por mais de uma vez e por tempo nunca menor de tres annos de cada vez.

Art. 4.º As praças que, findo o seu tempo de serviço, continuarem sem interrupção nas fileiras, com engajamento de tres annos, pelo menos, terão direito á importancia em dinheiro das peças de fardamento que se abonam gratuitamente aos recrutas no ensino, e bem assim á gratificação diaria de 250 réis, estipulada na lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894.

Art. 5.º As ex-praças que de novo se alistarem com engajamento ou reengajamento, por tres annos, terão direito ás peça

de fardamento que são abonadas aos recrutas no ensino, gratuitamente, e a gratificação diaria de 125 réis.

Art. 6.º O Governo providenciara para que nas colonias militares sejam convenientemente localizadas as praças que o desejarem quando forem excusas do serviço por conclusão de tempo, garantindo-as na posse dos respectivos lotes.

Art. 7.º O Ministerio da Guerra terá um registro dos voluntarios, segundo os Estados onde tenham verificado praça, para o fim de deduzir-se annualmente do contingente a ser sorteado em cada Estado (Constituição, art. 87 e seus paragraphos) o numero daquelles voluntarios.

Art. 8.º O Governo animará a criação do tiro nacional, instituindo premios pecuniarios e medalhas de distincção para serem conferidas annualmente, em concurso solemne, aos melhores atiradores, deduzindo-se opportunamente da verba — Instrucção militar — do orçamento do Ministerio da Guerra, a importancia que for necessaria á realização desse serviço.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1901, 13.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 797 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1901

Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de novembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade com o disposto no § 1.º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorogar novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de novembro do corrente anno.

Capital Federal, 30 de outubro de 1901, 13.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 798 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1901

Concede um anno de licença ao Dr. Manoel José de Queiroz Ferreira, preparador de physica da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' concedido ao Dr. Manoel José de Queiroz Ferreira, preparador de physica da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de novembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 799 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1901

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$, com o fim de ser entregue ao Sr. Alberto Santos Dumont, como premio pelo resultado de sua experiencia de um balão dirigivel.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no decreto legislativo n. 799, de 15 do corrente mez, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$, com o fim de ser entregue ao Sr. Alberto Santos Dumont, como premio pelo resultado de sua experiencia de um balão dirigivel, feita em Pariz a 13 de outubro do corrente anno; revogadas as disposições em contrario e fazendo-se as necessarias operações de credito.

Capital Federal, 17 de novembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 800 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 630\$, para occorrer ao pagamento da diaria de 3\$ a Candido da Cunha Villela, por haver servido na commissão encarregada da construcção da linha telegraphica de Cuyabá a Corumbá.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 630\$ para pagamento da diaria de 3\$ que competia, de 14 de maio a 9 de dezembro de 1894, a Candido da Cunha Villela, por haver servido na commissão encarregada da construcção da linha telegraphica de Cuyabá a Corumbá; fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de novembro de 1901, 13^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 801 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1901

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funcionou a Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, durante os mezes de setembro a dezembro de 1899, e o de 20:000\$, supplementar á verba 9^a, art. 28; lei n. 746, de 29 de dezembro ultimo — assignatura de notas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos abaixo designados; fazendo

as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario:

Extraordinario para pagamento do aluguel da casa em que funcionou, de setembro a dezembro de 1899, a Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Sul..... 8:000\$000

Supplementar á verba 9ª—Caixa de Amortização—da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, art. 28 —Assignatura de notas..... 20:000\$000

Capital Federal, 20 de novembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 802 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:803\$530, para cumprimento da sentença do Supremo Tribunal Federal que mandou pagar ao major Democrito Ferreira da Silva os vencimentos que deixou de receber.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:803\$530, para cumprir a sentença do Supremo Tribunal Federal que mandou pagar ao major Democrito Ferreira da Silva os vencimentos que deixou de receber na qualidade de lente em disponibilidade da Escola Militar do Estado do Rio Grande do Sul; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de novembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 803 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 3º escripturario do Tribunal de Contas, José de Moraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com o ordenado a que tiver direito, ao 3º escripturario do Tribunal de Contas, José de Moraes, afim de tratar de sua saude fóra desta Capital; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de novembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 804 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1901

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorrogar novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno.

Capital Federal, 29 de novembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 805 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1901

Autoriza o Governo a confirmar no primeiro posto de official do Exercito os alferes graduados que tiverem as approvações plenas de que trata o art. 95 do regulamento que baixou com o decreto n. 2.881, de 18 de abril de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Governo autorizado a confirmar, attendendo ás necessarias vagas, no primeiro posto de official do Exercito, os alferes graduados que tiverem obtido as approvações plenas de que trata o art. 95 do regulamento que baixou com o decreto n. 2.881, de 18 de abril de 1893.

Capital Federal, 29 de novembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 806 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, com ordenado, a licença concedida a Manoel Joaquim Ferreira, porteiro da extincta Inspectoria Geral de Estradas de Ferro, addido á Secretaria do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a prorogar por um anno a licença concedida, com ordenado, para tratar de sua saude, a Manoel Joaquim Ferreira, porteiro da extincta Inspectoria Geral de Estradas de Ferro, addido á Secretaria do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 807 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Zacharias do Rego Monteiro, juiz do Tribunal Civil e Criminal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a conceder ao Dr. Zacharias do Rego Monteiro, juiz do Tribunal Civil e Criminal, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de dezembro de 1901, 13.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 808 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Governo a prorogar por seis mezes, com o respectivo ordenado, a licença concedida ao Dr. Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu, juiz do Tribunal Civil e Criminal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Governo autorizado a prorogar por seis mezes, com o respectivo ordenado, a licença concedida ao Dr. Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu, juiz do Tribunal Civil e Criminal desta Capital.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de dezembro de 1901, 13.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 803 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Governo a conceder ao engenheiro Joaquim Huet Bacellar, respeitadas os direitos adquiridos a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro de Manãos até a foz do rio Mahú.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder ao engenheiro Joaquim Huet Bacellar, respeitadas os direitos adquiridos, a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Manãos, siga o rumo geral, do norte até a foz do rio Mahú.

§ 1.º As condições technicas do traçado e todos os seus pontos obrigados serão fixados definitivamente pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, ouvido o da Guerra, á vista dos estudos que lhe forem apresentados, respeitadas os direitos de concessões anteriores.

§ 2.º Obrigam-se-ha o concessionario a apresentar os estudos definitivos dentro do prazo de dous annos, a contar da data do decreto do Poder Executivo, fazendo-lhe a respectiva concessão, e a iniciar os trabalhos da construção dentro do prazo de dous annos, a contar da data da approvação dos estudos.

§ 3.º Findos esses prazos caducará a concessão, salvo si o Poder Executivo julgar attendivel alguma consideração de força maior, podendo então prolongar os prazos a mais um anno, no maximo.

Art. 2.º O prazo da concessão será de cincoenta annos, contados da data da assignatura do contracto, revertendo a estrada ao dominio da União ao findar-se o referido prazo.

Paragrapho unico. Serão concedidos ao concessionario todos os favores e vantagens inherentes a taes concessões que não tragam onus para o Thesouro Federal.

Art. 3.º O Poder Executivo, além das clausulas que lhe parecerem convenientes, estabelecerá no contracto o minimo de kilometros a construir-se annualmente.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 810 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1901

Reorganisa o quadro do Corpo de Machinistas Navaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º O quadro dos machinistas navaes passará a ser o seguinte :

Capitão de mar e guerra.....	1
Capitães de fragata.....	2
Capitães-tenentes.....	5
Primeiros-tenentes.....	18
Segundos-tenentes.....	50
Guardas-marinha.....	80
Sargentos-ajudantes.....	90
Praticantes, primeiros-sargentos.....	44

Art. 2.º Os officiaes machinistas do quadro extraordinario, que fica extincto, serão transferidos para o quadro ordinario na ordem de antiguidade.

Art. 3.º A idade limite para a reforma compulsoria dos officiaes deste quadro será a seguinte:

Capitão de mar e guerra.....	64 annos
Capitão de fragata.....	62 »
Capitão-tenente.....	60 »
Primeiro-tenente.....	58 »
Segundo-tenente.....	55 »
Guarda-marinha.....	50 »

Art. 4.º Na reforma os officiaes do quadro de machinistas terão as mesmas vantagens que competem aos do quadro da Armada.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz,

DECRETO N. 811 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1901

Suspende e prorroga por seis mezes os vencimentos das letras, notas promissórias e quaesquer outros titulos commerciaes da responsabilidade dos bancos nacionaes com séde no Estado de Pernambuco, e dá outras providencias.

Francisco de Assis Rosa e Silva, Presidente do Senado:

Faço saber aos que o presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Artigo unico. Ficam suspensos e prorogados por seis mezes, contados de 28 de outubro ultimo, os vencimentos das letras, notas promissórias e quaesquer outros titulos commerciaes da responsabilidade dos bancos nacionaes com séde no Estado de Pernambuco, comprehendidas as suas caixas filiaes ou succursaes em outros Estados, que desde então tiverem suspendido, ou até a data desta lei suspenderem os seus pagamentos; e tambem suspensos e prorogados pelo mesmo tempo os protestos, recursos em garantia e prescripções dos referidos titulos; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de dezembro de 1901.

DR. FRANCISCO DE ASSIS ROSA E SILVA,

Presidente do Senado.

DECRETO N. 812 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1901

Concede um anno de licença ao Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, preparador effectivo da cadeira de operações e aparelhos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' concedido um anno de licença com todo o ordenado ao Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, preparador effectivo da cadeira de operações e aparelhos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de dezembro de 1901, 13^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

LEI N. 813 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1901

Fixa a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1902, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º A receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil é orçada, para o exercicio de 1902, em ouro 42.876:666\$637, papel 257.461:000\$ e será realizada com o producto do que for arrecadado dentro do mencionado exercicio, sob os seguintes titulos:

ORDINARIA

Importação

	Ouro	Papel
1. Direitos de importação para consumo.....	33.000:000\$000	123.750:000\$000
2. Expediente dos generos livres de direitos de consumo.....	1.600:000\$000
3. Dito de capatazias....	1.150:000\$000
4. Armazenagem.....	3.700:000\$000
5. Taxas de estatistica....	270:000\$000

Entrada, saída e estadia de navios

6. Imposto de pharões...	300:000\$000	
7. Dito de dôcas.....	130:000\$000	20:000\$000

Addicionaes

8. 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos de importação, pharões e dôcas.....	90:000\$000
---	-------	-------------

INTERIOR

9. Renda da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	29.000:000\$000
---	-------	-----------------

	Ouro	Papel
10. Renda das estradas de ferro custeadas pela União.....	400:000\$000
11. Dita do Correio Geral	6.000:000\$000
12. Dita dos Telegraphos, nos termos das leis em vigor e do disposto na presente lei.....	7.000.000\$000
13. Dita da fazenda de Santa Cruz e outras de propriedade da União.....	60:000\$000
14. Dita da Casa de Correção.....	15:000\$000
15. Dita da Imprensa Nacional e <i>Diario Official</i>	300:000\$000
16. Dita do Laboratorio Nacional de Analyses nos termos da presente lei.....	80:000\$000
17. Dita dos Arsenaes.....	30:000\$000
18. Dita da Casa da Moeda.....	25:000\$000
19. Dita do Gymnasio Nacional.....	130:000\$000
20. Dita do Instituto dos Surdos-Mudos e Meninos Cegos.....	5:000\$000
21. Dita do Instituto Nacional de Musica....	2:000\$000
22. Dita das matriculas nos estabelecimentos officiaes de instrucção superior.....	250:000\$000
23. Dita da Assistencia a Alienados.....	200:000\$000
24. Dita arrecadada nos Consulados.....	1.000:000\$000	
25. Dita dos proprios nacionaes.....	150:000\$000
26. Imposto do sello.....	15.000:000\$000
27. Dito de transporte....	4.300:000\$000
28. Dito, nos termos das leis em vigor, sobre o capital das loterias e do sello adhesivo.....	1.700:000\$000

	Ouro	Papel
29. Imposto sobre vencimentos e subsidios, inclusive os vencimentos dos juizes federaes, não comprehendidos os membros do Supremo Tribunal Federal.....	3.400:000\$000
30. Dito sobre consumo de agua.....	1.700:000\$000
31. Dito de 2 1/2 % sobre dividendos dos titulos das companhias ou sociedades anonymas.....	1.300:000\$000
32. Dito sobre casas de <i>sport</i>	20:000\$000
33. Dito sobre annuncios.....	2:000\$000
34. Contribuição das companhias ou empresas de estradas de ferro e de outras companhias, inclusive a <i>City Improvements</i>	1.400:000\$000
35. Foros de terrenos de marinha.....	30:000\$000
36. Laudemios.....	50:000\$000
37. Premio de depositos publicos.....	40:000\$000
38. Taxa judiciaria.....	150:000\$000
39. Dita de aferição de hydrometros.....	5:000\$000

Consumo

40. Taxa sobre fumo, de accordo com as leis em vigor, modificadas as taxas para o charuto cujo preço não exceder de 30\$ o milheiro, cada charuto 5 réis e para o fumo desfiado, picado ou migado, a saber: o do preço de 1\$200 por kilogramma, por 25 grammas, 20 réis. De 1\$200 a 2\$ o kilo-

	Ouro	Papel
gramma, por 25 grammas 30 réis. De mais de 2\$ o kilo- gramma, por 25 gram-mas 40 réis...		
41. Taxa sobre bebidas....	7.000:000\$000
42. Dita sobre phosphoros.	5.000:000\$000
43. Dita de 25 réis por kilogramma sobre sal de qualquer pro- cedencia, nacional ou estrangeira, sujeito à elevação de mais cinco réis quando re- finado ou beneficiado no paiz.....	5.000:000\$000
44. Dita sobre calçado...	1.300:000\$000
45. Dita sobre velas.....	400:000\$000
46. Dita sobre perfumarias	500:000\$000
47. Dita sobre especialida- des pharmaceuticas nacionais e estran- geiras.....	700:000\$000
48. Dita sobre vinagre....	150:000\$000
49. Dita sobre conservas de carne, peixes, do- ces, fructas ou legu- mes em latas, cai- xinhas, frascos ou outro envoltorio, de qualquer proceden- cia, não comprehen- didos nesse imposto o peixe secco, a carne de porco e o peixe sal- gado ou em salmou- ra, acondicionados em tinhas, barricas ou a granel, quando de produção nacional, e mantida a isenção de que gosa o bacalhão	800:000\$000
50. Dita sobre cartas de jogar.....	100:000\$000
51. Dita sobre chapéos...	1.000:000\$000
52. Dita sobre bengalas...	20:000\$000
53. Dita sobre tecidos....	7.000:000\$000

EXTRAORDINARIA

	Ouro	Papel
54. Montepio de Marinha.....	130:000\$000
55. Dito Militar.....	250:000\$000
56. Dito dos empregados publicos.....	850:000\$000
57. Indemnizações.....	1.000:000\$000
58. Juros de capitães nacionaes.....	90:000\$000	600:000\$000
59. Remanescentes dos premios de bilhetes de loterias.....	15:000\$000
60. Imposto de transmissão de propriedade no Districto Federal.....	2.000:000\$000
61. Dito de industrias e profissões do Districto Federal.....	2.800:000\$000

RENDA COM APPLICAÇÃO ESPECIAL

Fundo de resgate:

1.º Renda em papel proveniente do arrendamento das estradas de ferro da União.....	320:000\$000
2.º Productos da cobrança da divida activa da União, qualquer que seja a sua natureza, inclusive as sommas provenientes das liquidações dos bancos e dos empréstimos feitos ás industrias.....	600:000\$000
3.º Todas e quaesquer rendas eventuaes percebidas em papel pelo Thesouro, inclusive a emissão de moeda de nickel.....	2.000:000\$000
4.º Os saldos que se apurarem no orçamento.		

	Ouro	Papel
Fundo de garantia:		
1.º Quota de 5 % ouro, sobre to- dos os direitos de importação para consumo.	8.250:000\$000	
2.º Os saldos das ta- xas arrecadadas em ouro, dedu- zidos os serviços que nesta espe- cie o Thesouro é obrigado a custear.		
63. 3.º O producto in- tegral do arren- damento das es- tradas de ferro da União, que tiver sido ou for estipulado em ouro.....	26:666\$667	
4.º Todas e quaes- quer rendas eventuaes em ouro.....	80:000\$000	
Fundo de amortização dos empréstimos internos:		
1.º Receita provc- niente da venda de generos e propios nacio- naes, arrenda- mentos e afora- mentos.....	1.000:000\$000
Depositos :		
2.º Saldo ou ex- cesso entre os recebimentos e restituições....	5.000:000\$000
65. Fundo destinado ás obras de melhora- mentos de portos, executadas á custa da União :		
Maranhão	150:000\$000
Fortaleza	200:000\$000
Natal.....	130:000\$000

	Ouro	Papel
Parahyba.....	100:000\$000
Paranaguá.....	100:000\$000
Recife.....	800:000\$000
Maceió (Jaraguá)...	100:000\$000
Florianopolis.....	150:000\$000
Rio Grande do Sul...	800:000\$000
66 Fundo destinado ao serviço de soccorro naval no porto do Rio de Janeiro: 10 % additionaes so- bre o expediente dos generos livres de di- reitos de importação, pharões e docas, co- brados no dito porto.	72:000\$000
	42.876:666\$667	253.061:000\$000

Art. 2.º E' o Governo autorizado :

I. A emittir como antecipação de receita, no exercicio desta lei, bilhetes do Thesouro até a somma de 25.000:000\$, que serão resgatados até ao fim do mesmo exercicio.

II. A adoptar uma tarifa differencial aggravada até 50 % sobre a ordinaria para um ou mais generos de produção de paizes que se recusem a beneficiar a entrada de productos brazileiros com os favores da nação mais favorecida.

III. A conceder, a quem se proponha realizar as obras dos portos de Manãos e Pará, os favores de que goza a Empresa Docas de Santos, constantes da clausula 6ª dos annexos ao decreto n. 966, de 7 de novembro de 1890, não comprehendida a prorrogação do prazo de duração da referida concessão.

IV. A mandar adoptar um sello especial com o qual seja porteada toda a correspondencia official.

§ 1.º Toda e qualquer correspondencia de caracter official, que não tenha o referido sello, não será porteada, salvo si tiver o sello ordinario correspondente.

§ 2.º Da isenção de taxas postaes não gosará correspondencia alguma a que esse favor não tenha sido concedido expressamente em lei, ficando, desde já, revogadas todas as concessões feitas fóra dessa regra.

V. A cobrar dos navios que se utilizarem dos portos em que forem executadas, á custa da União, obras tendentes ao melhoramento das respectivas entradas e ancoradouros, a taxa de um a cinco réis por kilogramma de mercadoria que for por elles descarregada, segundo o seu valor, destino ou procedencia.

§ 1.º O producto desta taxa, que será tambem proporcionada ás necessidades do serviço, constituirá, para cada porto, um fundo especial, destinado exclusivamente ao respectivo melhoramento.

§ 2.º Exceptuam-se desta taxa as mercadorias que sofram baldeação devida á superioridade de calado dos navios que as transportem sobre o permittido na zona directamente beneficiada pelas obras em execução.

§ 3.º Para accelerar a execução das obras referidas poderá o Governo accceitar donativos, ou mesmo auxilios a titulo oneroso, offerecidos pelos Estados, municipios ou associações interessados no melhoramento, comtanto que os encargos resultantes de taes auxilios não excedam ao producto da taxa indicada.

VI. A modificar o paragrapho unico do art. 10 e o art. 11 do regulamento sobre impostos de consumo, na parte referente ao registro do seguinte modo :

« Paragrapho unico. Aos fabricantes, commerciantes por grosso e retalhistas e aos mercadores ambulantes de vinagre, velas, phosphoros, conservas, cartas de jogar, sal, perfumarias, calçado, bengalas, chapéos e especialidades pharmaceuticas serão fornecidos gratuitamente os registros, si já estiverem registrados, para o fabrico ou commercio de genero sujeito ao imposto de consumo e tiverem pago a maior taxa. Serão tambem fornecidos gratuitamente os registros dos depositos que estiverem situados dentro da circumscripção fiscal das fabricas.

« Art. 11. Pela expedição do certificado ou patente do registro cobrar-se-hão os seguintes emolumentos :

a) fabricas.....	20\$000
b) depositos de fabricas e casas commerciaes por grosso.....	100\$000
c) casas commerciaes retalhistas, exclusivamente de producto tributado, quando de 1ª classe.....	50\$000
as demais.....	30\$000
d) casas commerciaes retalhistas com outros ramos de negocio além do de producto tributado, excepto charutarias.....	30\$000
e) casas commerciaes retalhistas de mais de um producto tributado, por cada patente até tres.	20\$000
f) mercador ambulante por conta propria ou alheia	20\$000
g) pequenos fabricantes trabalhando só ou com um numero de operarios que não exceda a seis...	20\$000
de mais de 6 a 12.....	50\$000

« Paragrapho unico. Fica isento do registro o pequeno fabricante que não estiver sujeito a imposto de industrias e profissões.»

VII. A modificar a tarifa interior vigente da Repartição Geral dos Telegraphos :

a) concedendo uma redução de 30 a 50 % sobre as taxas ordinarias para os telegrammas particulares que tragam a indicação — preterido — os quaes serão transmittidos depois da terminação do serviço sujeito ás taxas normaes.

Essa redução será elevada a 75 % sobre as taxas ordinarias para os telegrammas de imprensa ;

b) reduzindo a tarifa nas proporções necessárias em zonas em que o Telegrapho Federal soffrer concorrência na exploração do serviço;

c) entendendo-se com a *Western Telegraph* sobre a effectividade do pagamento em especie da contribuição de que trata a clausula III do contracto de 30 de julho de 1893, eliminando-se a clausula IV do mesmo contracto;

d) effectuando em francos, ouro, as liquidações das contas de deposito proveniente de trafego mutuo telegraphico com as administrações estrangeiras.

Paragrapho unico. Fica uniformisada a taxa por palavra dos telegrammas exteriores destinados ou procedentes do Brazil para francos 1.25, média das taxas de francos 1.00 e francos 1.50 actualmente cobradas para os telegrammas em percurso em uma ou duas zonas, mantidas a taxa de transito e as terminaes com as Republicas limitrophes constantes dos arts. 525, 528 e 529.

VIII. A isentar de direitos o material importado pelos Estados ou Municipalidades com applicação ao abastecimento de agua e o material metallico para rede de exgotto; bem como as road-locomotivas com vagões importados para serviço de tracção em estradas sem trilhos, e os instrumentos destinados ao ensino profissional eapparelhos para a instrucção technica, importados pelos institutos de ensino profissional officiaes dos Estados e o material importado para os institutos profissionais mantidos pelo Governo do Districto Federal.

Paragrapho unico. Ficam isentos de impostos e outras quaesquer contribuições os navios e embarcações nacionaes que se empregarem exclusivamente na pesca, e bem assim os apparelhos, instrumentos e artigos importados para exploração daquella industria e para conservação do pescado.

IX. A modificar o regulamento sobre o imposto de consumo, providenciando para que os agentes fiscaes da União forneçam guia aos charutos nacionaes destinados á exportação, independentemente do pagamento de consumo federal, acautelados os interesses do fisco.

Art. 3.º Fica revogado o disposto no art. 5.º, letra b), da lei n. 640, de 14 de dezembro de 1899, o art. 43 do decreto n. 3529, de 15 do mesmo mez e anno, prevalecendo na materia de que tratam esses artigos as disposições da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas da Republica.

Art. 4.º Da data da presente lei será obrigatoria a remessa ao Laboratorio de Analyses de todas as bebidas e productos alimenticios importados pela Alfandega da Capital Federal, sem interrupção de partidas.

§ 1.º O boletim de analyse só poderá servir ao importador do producto analysado.

§ 2.º Quando as partidas de vinho forem acondicionadas em volumes de differentes capacidades, deverão ser remettidas ao

Laboratorio de Analyses amostras correspondentes aos referidos volumes.

§ 3.º O Laboratorio Nacional procederá ás analyses dos productos importados, depois da entrada dos mesmos no laboratorio e de exhibido o talão de pagamento da respectiva taxa de analyses, nos seguintes prazos :

De seis dias uteis, no maximo, para a analyse qualitativa de vinhos, cervejas, cidras, vinagres, bitters, vermouths, limonadas gazosas, aguas mineraes, azeite doce, licores e xaropes communs;

De 15 dias uteis, no maximo, para a analyse qualitativa de farinhas, massas alimenticias, chá, chocolate, coalho para leite, conservas de carne, de peixe, de leite, legumes e fructas, oleos para lubrificação de machinas e outros fins industriaes, sabões, tecidos diversos, essencias naturaes e artificiaes e ligas metallicas;

De 30 dias uteis, no maximo, para as analyses (que exigem sempre algumas dosagens) de manteigas, banhas, sebos e outros productos graxos de natureza complexa, cognacs, rhums, whiskies, aguardentes, alcooes e outras substancias fortemente alcoolicas, productos não classificados.

§ 4.º O Laboratorio é obrigado a dar aos interessados certificado da exhibição do talão de pagamento da respectiva taxa de analyse, designando dia e hora dessa apresentação e a restituir o valor da mesma taxa no caso de não ser procedida a analyse no prazo da lei.

§ 5.º Si, terminado o prazo, não houver o Laboratorio procedido ou terminado a analyse, poderá o interessado despachar a sua mercadoria, exhibindo o certificado do § 4.º á Alfandega, que levará no mesmo dia o facto ao conhecimento do Ministro da Fazenda.

§ 6.º Os prazos das analyses quantitativas serão fixados pelo director do Laboratorio, tendo em vista a maxima brevidade.

§ 7.º Não serão comprehendidas nos referidos prazos as analyses qualitativas de productos suspeitos de conterem substancias nocivas, sobre os quaes for necessario repetirem-se experiencias por serem duvidosos ou pouco accentuados os resultados das primeiras sobre elles effectuadas, e haja necessidade tambem da remessa de novas amostras.

Art. 5.º Entrará em vigor desde janeiro de 1902 a seguinte tabella:

TABELLA A

Taxas de analyses a que se refere o regulamento que baixou
com o decreto n. 1257, de 3 de fevereiro de 1893

Investigação de acido salicylico nas substancias alimentares.....	
Idem de materias corantes de anilina idem idem...	
Idem de metal idem, idem.....	
Idem de um sal idem, idem.....	
Idem de acidos mineraes, idem, idem	15\$000
Idem idem nos oleos e gorduras para lubrificar machinas.....	
Idem de glucose e albumina na urina.....	
Idem de gordura e sangue idem.....	
Idem de pigmentos biliares idem.....	
Analyse qualificativa de calculos e concreções animaes	
Idem idem de essencias artificiaes.....	
Idem idem de perfumarias.....	
Idem idem de saes mineraes em medicamentos...	
Idem idem de alcaloides idem.....	
Idem idem de tecidos de seda, lã, algodão, etc.....	
Determinação da densidade do leite, extracto a 95° e falsificações.....	
Investigação de substancias extranhas no queijo, pão, forinhas diversas, massas de tomates.....	
Dosagem do acido salicylico nas substancias alimentares.....	
Idem do cobre idem idem.....	
Idem do chumbo idem idem.....	25\$000
Idem de zinco idem idem.....	
Idem de um sal idem idem.....	
Idem de chumbo no vasilhame estanhado.....	
Idem de um metal em mineraes.....	
Idem do acido sulfurico nos oleos e gorduras.....	
Idem do acido chlorhydrico idem idem.....	
Idem da glucose na urina e densidade desta.....	
Idem da albumina idem.....	
Idem da uréa idem.....	
Idem do acido urico.....	
Idem da gordura idem.....	
Idem do acido phosphorico idem.....	
Idem dos chloruretos idem.....	
Idem dos sulfatos.....	

Investigação de substancias toxicas ou nocivas em todas as materias alimentares, aguas mineraes artificiaes, brinquedos, papeis pintados, tapeçarias, perfumarias, etc.....	
Idem de substancias extranhas em preparados pharmaceuticos	
Alcool (investigação dos alcooes extranhos).....	
Agua (analyse sob o ponto de vista de sua potabilidade, residuo total).....	
Assucar, glycose, melaço, mel, xaropes, licores, doces de conservas, bitter, cognac, vermouth, etc.	40\$000
Café (determinação das cinzas, da chicorea, do feijão, do milho e das materias empregadas para dar-lhe brilho e augmentar-lhe o peso).....	
Ovos (investigação das materias que servem para sua conservação).....	
Productos de confeitaria e de pastelaria, fructas seccas e confeitadas, chocolate, cacão, chá, mate, tubaras, especiarias diversas.....	
Dosagem do azoto em uma amostra de sangue	
Analyse qualitativa de uma liga metallica.....	
Sal de cozinha (dosagem da agua e sal extranhos)..	
Extractos de carne, conservas de peixe, de carne e de leite.....	
Oleos comestiveis e outros.....	
Vinagre (dosagem de seus principios essenciaes, falsificações).....	
Leite e creme.....	
Vinho, cerveja, cidra (dosagem dos principios mais importantes, investigação das materias corantes extranhas, metaes toxicos, falsificações).....	50\$000
Pão, farinhas diversas, gorduras, manteigas, queijos (dosagem de seus principios mais importantes, falsificações).....	
Analyse quantitativa de um tecido.....	
Idem idem de pixe de alcatrão.....	
Idem qualitativa de um producto de aspecto terroso	
Idem quantitativa de um sabão.....	62\$000
Idem de uma planta.....	
Idem quantitativa de uma agua potavel ou mineral.	
Idem idem de argilla, kaolim.....	
Dosagem do acido borico em um coalho para leite.	
Alimento para animaes, composto de diversas hervas (valor nutritivo).....	200\$000
Analyse completa de uma turfa.....	
Idem completa de um cognac.....	
Idem quantitativa de um oleo.....	

Observação — As taxas das analyses de substancias que não figuram na presente tabella serão fixadas pelo director, com approvação do Ministro da Fazenda.

TABELLA B

Taxas das analyses dos productos importados, a que se refere o regulamento que baixou com o decreto n. 1257, de 3 de fevereiro de 1893

Investigação de substancias nocivas nos productos alimentares, bebidas alcoolicas e outros liquidos..	
Analyse qualitativa de oleos comestiveis, oleos para lubrificar machinas e outras substancias graxas.	
Idem idem de preparados pharmaceuticos.....	20\$000
Dosagem de um sal, de um metal em substancias alimentares e outros productos.....	
Exames de tecidos de seda, lã e algodão.....	
Productos não classificados.....	
Analyse qualitativa de alcaloides, seus saes e de outros compostos chimicos organicos.....	
Idem idem de drogas simples de origem vegetal e animal.....	10\$000
Idem idem de productos chimicos mineraes.....	

Observação — As taxas das analyses de substancias que não figuram na presente tabella serão fixadas pelo director, com aprovação do Ministro da Fazenda.

Art. 6.º Ficam isentos de impostos de importação os instrumentos da lavoura e machinismos para fabrico e beneficio de productos agricolas quando directamente importados por lavradores e bem assim osapparelhos para fabrico de lacticinios.

Paragrapho unico. O despacho para tal fim será dado pelo Ministro da Fazenda, mediante lista, que lhe será apresentada, especificando os objectos, uma vez verificado que são importados directamente por lavradores.

Art. 7.º Fica sujeito apenas á taxa fixa de £ 2 todo e qualquer vapor ou navio á vela, seja qual for a sua tonelagem ou carregamento, que demandar qualquer dos portos da União, com o fim exclusivo de receber ordens e seguir o seu destino, podendo demorar-se por 10 dias sob a fiscalização das Alfandegas, respeitadas os regulamentos de saude e policia do porto, receber provisões, agua e combustiveis.

§ 1.º Na referida taxa serão comprehendidos todos os impostos aduaneiros com os demais a que estiverem sujeitos os referidos navios.

§ 2.º O prazo de 10 dias poderá ser prorogado por mais cinco dias pelo inspector da Alfandega, salvo caso de força maior, que deverá ser justificado.

Terminado o prazo de cinco dias, ficará o navio ou vapor submettido ao mesmo regimen dos que dão entrada por inteiro, franquia ou arribada.

Art. 8.º A cobrança dos 25 %, ouro, sobre a importação, dos quaes 5 % continuam a ser destinados ao fundo de garantia, continuará a ser feita nos termos da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900.

Art. 9.º O sello de documentos continuará a ser applicado na forma e segundo as prescripções da legislação em vigor, com as seguintes modificações:

§ 1.º Nos casos de omissão, terá logar a revalidação:

a) pagando-se 10 vezes o valor do sello, até 30 dias da data em que o mesmo se tornou devido;

b) pagando-se 25 vezes o valor do sello, até 60 dias da data em que o mesmo se tornou devido;

c) pagando-se 50 vezes o valor do sello, de 60 dias por diante, a contar da data da omissão.

§ 2.º Ficam revogados o § 2º do art. 10 da lei n. 559, de 21 de dezembro de 1898, e demais disposições correspondentes.

Art. 10. Ficam sem effeito as autorizações para arrendar ou alienar a Estrada de Ferro Central do Brazil.

Art. 11. A transferencia de titulos da divida publica interna da União só paga o sello proporcional, nos termos do n. 11 da tabella A do actual regulamento do sello, ainda que elle se opere em virtude de doação *inter vivos* ou *causa mortis*.

Art. 12. Na vigencia do actual exercicio financeiro, a seltagem das bebidas alcoolicas será cobrada no duplo.

Art. 13. São isentos do imposto do sello todos os papeis, documentos, justificações, etc., referentes ao casamento civil.

Art. 14. Ficam extensivos à Companhia Internacional de Docas e Melhoramentos no Brazil os arts. 24 e 25 do decreto n. 4.228, de 6 de novembro de 1901, que autoriza a organização da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Art. 15. A lei n. 641, de 14 de novembro de 1899, será executada com a seguinte modificação:

« Art. 3º § 1º — Charutos, cujo preço não exceder de 30\$ o milheiro, cada charuto 5 réis. »

Art. 16. São do dominio dos Estados os proprios nacionaes que no regimen transacto eram destinados a serviços que passaram para os Estados com a nova organização politica, e bem assim os que naquella época já eram utilizados para serviços que estavam a cargo das antigas provincias e continuaram a cargo dos Estados.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 814 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1901

Concede a D. Leopoldina de Figueiredo Accioli, viuva do capitão de fragata graduado Carlos Accioli, a pensão mensal de 200\$000.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' concedida a D. Leopoldina de Figueiredo Accioli, viuva do capitão de fragata graduado Carlos Accioli, durante a sua viuvez, sem prejuizo do montepio e meio soldo do seu marido, a pensão mensal de 200\$000 com reversão, no caso de morte, para suas filhas emquanto solteiras; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 815 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1901

Eleva de 60\$ a 100\$ a pensão mensal do alferes honorario Antonio Paes de Sá Barreto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' elevada de 60\$ a 100\$ a pensão mensal do alferes honorario Antonio Paes de Sá Barreto; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 816 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, supplementar ao n. 14 do art. 2º da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900 — Diligencias policiaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, supplementar ao n. 14 do art. 2º da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900 — Diligencias policiaes —; fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 817 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a mandar pagar ao capitão de fragata honorario 1º tenente reformado Collatino Marques de Souza a differença de soldo que deixou de receber durante os cinco annos que precederam á sua reclamação sobre contagem do tempo de serviço.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Governo autorizado a mandar pagar ao capitão de fragata honorario 1º tenente reformado Collatino Marques de Souza, a quantia em que importar a differença de soldo que deixou de receber durante os cinco annos que precederam á sua reclamação sobre a contagem do tempo de serviço, apresentada no anno de 1897; fazendo-se as necessarias operações de credito e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 818 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1901

Concede uma pensão mensal de 300\$ ao Dr. Amaro Rodrigues de Albuquerque Figueiredo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' concedida ao Dr. Amaro Rodrigues de Albuquerque Figueiredo, medico civil contractado para servir como cirurgião de 5ª classe, 2º tenente da Armada, invalidado em razão de serviço, uma pensão mensal de 300\$000.

Art. 2.º Fica o Governo autorizado a abrir o credito necessario para immediata execução desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 819 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Governo a mandar contar ao capitão de fragata Francisco Carlton a antiguidade de sua promoção áquelle posto de 26 de abril de 1890.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a mandar contar ao capitão de fragata Francisco Carlton a antiguidade da data da promoção do referido official áquelle posto, em 26 de abril de 1890; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 830 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 6:000\$, para pagamento de vencimentos ao ex-secretario do extincto Arsenal de Marinha de Pernambuco, João Sabino Pereira Giraldes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 6:000\$, para pagar os vencimentos que, nos exercicios de 1900 e 1901, competem ao ex-secretario do extincto Arsenal de Marinha de Pernambuco, João Sabino Pereira Giraldes, como funcionario vitalicio, em disponibilidade até 31 de dezembro de 1900, e addido á Contadoria da Marinha, a contar de 1 do mez de janeiro proximo findo em diante; fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1901, 13.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 821 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1901

Determina que os vencimentos dos auxiliares dos auditores de marinha e guerra na Capital Federal serão correspondentes aos de capitão dos corpos arregimentados do Exército e equipara aos vencimentos daquelles os dos auditores de guerra dos 4.º e 6.º districtos militares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Os vencimentos dos auxiliares dos auditores de marinha e guerra na Capital Federal serão correspondentes aos de capitão nos corpos arregimentados do Exército em serviço activo.

Art. 2.º Os vencimentos dos auditores de guerra dos 4.º e 6.º districtos militares ficam equiparados aos dos auditores de guerra e marinha na Capital Federal.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito necessario para a execução desta lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1901, 13.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

José Pinto da Luz.

DECRETO N. 822 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:225\$800 para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao almoxarife do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 4:225\$800 para pagar ao almoxarife do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes, o ordenado que lhe compete, durante o tempo em que esteve respondendo a processo no fóro criminal, por crime cuja denuncia foi julgada improcedente ; fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1901, 13.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 823 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 736:424\$, supplementar á verba 16.ª — Etapas-do art. 15 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 736:424\$, supplementar á verba

10ª—Etapas —do art. 15 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900; fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.

DECRETO N. 824 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1901

Approva o tratado que submette a arbitramento a questão de limites entre os Estados Unidos do Brazil e a Guyana Ingleza, firmado em Londres em 6 de novembro de 1901.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' approvedo o tratado de arbitramento que, para a fixação dos limites entre o Brazil e a Guyana britannica, foi celebrado na cidade de Londres entre os plenipotenciarios da Republica dos Estados Unidos do Brazil e da Gran-Bretanha, aos 6 de novembro deste anno.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olyntho de Magalhães.

DECRETO N. 825 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença com o respectivo ordenado a Enéas Ferreira Valle, 2º escriptuario da Alfandega de Manáos, Estado do Amazonas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, a Enéas Ferreira

Valle, 2º escripturario da Alfandega de Manãos, para tratar de sua saude onde julgar conveniente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 826 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1901

Concede a D. Isabel Thompson Esteves, viuva do senador Antonio Justiniano Esteves Junior, a pensão mensal de 300\$000.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' concedida a D. Isabel Thompson Esteves, viuva do senador Antonio Justiniano Esteves Junior, a pensão mensal de 300\$, com reversão á sua filha Regina Esteves, emquanto solteira ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 827 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença ao fiel do thesoureiro da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Minas Geraes, Antonio de Santa Cecilia Junior.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao cidadão Antonio de Santa Cecilia Junior, fiel do thesoureiro da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal, no Estado de Minas Geraes, um anno de licença para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 828 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 477:121\$620, ouro, supplementar á verba 35ª, art. 28 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 477:121\$620, ouro, supplementar á verba 35ª, art. 28 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900; fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 829 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao bacharel Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná, um anno de licença; com ordenado, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com o ordenado a que tiver direito, ao bacharel Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz seccional do Paraná, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 830 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1901

Restabeleça, para todos os efeitos, o decreto legislativo n. 657, de 25 de novembro de 1899.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica restabelecido, para todos os efeitos, o decreto legislativo n. 657, de 25 de novembro de 1899; revogadas as disposições em contrario..

Capital Federal, 28 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 831 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 13:300\$, para pagamento do premio e impressão de mil exemplares da obra « Theoria do processo civil e commercial », composta pelo Dr. João Pereira Monteiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 13:300\$, para pagamento do premio e impressão de mil exemplares da obra « Theoria do processo civil e commercial », composta pelo Dr. João Pereira Monteiro, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, de accordo com os arts. 35 e 36 do Codigo de Ensino promulgado pelo decreto n. 3.890, de 1 de janeiro de 1901; fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sabino Barroso Junior.

DECRETO N. 832 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a extinguir a secção da Pagadoria da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica extinta a secção de Pagadoria da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Art. 2.º O quadro do pessoal da thesouraria da mesma estrada fica assim constituido :

1	Thesoureiro, vencimento de.....	12:000\$000
1	Escrivão, idem.....	5:400\$000
1	Fiel pagador, idem.....	7:200\$000
6	Fieis a 4:500\$.....	27:000\$000
5	Ajudantes do fiel a 3:900\$.....	19:500\$000
2	Ajudantes de escrivão a 4:200\$.....	8:400\$000
34	Escripturarios a 2:700\$.....	8:100\$000
2	Continuos a 1:800\$.....	3:600\$000
1	Servente.....	1:460\$000

Art. 3.º As funções da Pagadoria ficarão a cargo do thesoureiro, que distribuirá pelo fiel-pagador e mais auxiliares o serviço de pagamento ao pessoal na Capital e no interior.

Art. 4.º O Poder Executivo expedirá as providencias regulamentares necessarias á execução da presente lei.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1901, 13.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

DECRETO N. 833 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao machinista de 2.ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Achilles Arnaud Coutinho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao machinista de 2.ª classe da

Estrada de Ferro Central do Brazil, Achilles Arnaud Coutinho, para tratar de sua saúde.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1901, 13.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia.

LEI N. 834 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1901

Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1902, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º A despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para o exercicio de 1902, é fixada na quantia de 237.921:888\$054, papel, e 33.592:171\$580, ouro, assim distribuida pelos respectivos Ministerios, na forma especificada nos artigos seguintes:

Art. 2.º O Presidente da Republica é autorizado a despende pelas repartições do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e com os serviços designados nas seguintes verbas a quantia de 16.451:611\$236.

	Papel
1. Subsidio do Presidente da Republica.....	120:000\$000
2. Subsidio do Vice-Presidente da Republica..	36:000\$000
3. Despesa com o palacio da Presidencia da Republica.....	101:440\$000
4. Gabinete do Presidente da Republica.....	33:600\$000
5. Subsidio dos Senadores.....	567:000\$000
6. Secretaria do Senado.....	324:532\$118
7. Subsidio dos Deputados.....	1.908:000\$000
8. Secretaria da Camara dos Deputados — reduzida no pessoal de 2:000\$, vencimentos de um porteiro que falleceu, e augmentada de 21:200\$, sendo: 14:000\$ para pagamento de vencimentos a um chefe de secção incumbido da Bibliotheca da Camara dos Deputados e a um conservador da bibliotheca, nomeados por deliberação da Camara, o primeiro com o vencimento de 9:000\$ e o segundo com o de 5:000\$; e 7:200\$ para pagamento de vencimentos a um official dispensado do serviço.....	447:068\$118

	Papel
9. Ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional.....	90:000\$000
10. Secretaria de Estado — Augmentada no material de 6:000\$ para pagamento de telegrammas officiaes para o exterior...	362:803\$118
11. Justiça Federal — Reduzida de 300\$ pela suppressão de um official de justiça do Juizo Seccional do Ceará, cargo incluído no orçamento sem disposição legal que o tivesse creado; augmentada de 6:000\$ para a remuneração provisoria de serviços na Procuradoria Geral da Republica.	838:534\$118
12. Justiça do Districto Federal.....	338:679\$059
13. Ajudas de custo a magistrados.....	6:000\$000
14. Policia do Districto Federal.....	2.926:229\$754
15. Casa de Correccão.....	218:231\$939
16. Guarda Nacional, sem a restricção da tabella, suppressida a gratificação para o chefe do Estado-Maior.....	29:000\$000
17. Junta Commercial.....	31:346\$118
18. Archivo Publico — Elevada de 2:160\$ a consignação destinada a serventes. Diminuida de 2:160\$ a consignação destinada á compra de caixas para guarda de documentos, moveis, estantes, etc...	76:516\$118
19. Assistencia a Alienados.....	663:565\$298
20. Directoria Geral de Saude Publica — Augmentada de 4:600\$ por ser elevada a 10:000\$ a rubrica — Gratificação — estabelecida no art. 65 do regulamento respectivo, e de 70:000\$ para o serviço quarentenario e desinfeccão no Estado de Matto Grosso.....	1.064:059\$000
21. Faculdade de Direito de S. Paulo.....	232:900\$000
22. Faculdade de Direito do Recife.....	298:440\$000
23. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.	615:800\$332
24. Faculdade de Medicina da Bahia.....	635:000\$000
25. Escola Polytechnica.....	480:131\$118
26. Escola de Minas — Augmentada de 3:600\$ para gratificação a tres lentes á razão de 1:200\$ a cada um, por trabalhos de gabinete ou laboratorio	229:060\$000
27. Gymnasio Nacional — Matenha-se a restricção — sómente durante quatro mezes — estabelecida na applicação da importancia destinada ás despezas com os exames de preparatorios e expediente dos de madureza, inclusive pagamento mensal do pessoal indispensavel a esse serviço e os respectivos auxiliares, á	

Papel

razão de 200\$ por mez ao director, 150\$ ao vice-director, 100\$ ao secretario, 50\$ ao escrivão, 50\$ a um inspector servindo de amanuense, 5\$ diários aos auxiliares e 3\$ aos serventes que servirem nos mesmos exames.....	505:488\$354
28. Escola Nacional de Bellas Artes.....	171:941\$336
29. Instituto Nacional de Musica.....	127:632\$118
30. Instituto Benjamin Constant.....	205:418\$118
31. Instituto dos Surdos-Mudos — Elevada de 1:800\$ a consignação — Material para officinas — ficando assim redigida — Material para officinas e gratificação ao mestre da officina typographica. Reduzida de 1:800\$ a consignação destinada á alimentação e combustivel.....	117:863\$118
32. Bibliotheca Nacional — Modificadas as seguintes sub-consignações do material — Em logar da: — Acquisição e conservação de livros, jornaes e revistas, 22:000\$ — Idem, idem de manuscriptos, photographias, estampas, moedas e medalhas, 9:000\$; diga-se — Acquisição de livros, revistas, jornaes, manuscriptos, estampas, mappas, moedas, medalhas, sellos, 15:000\$ — Conservação de livros, revistas, manuscriptos, etc., inclusive montagem e custeio de uma pequena officina de encadernação, 16:000\$....	185:312\$818
33. Museu Nacional.....	146:673\$111
34. Serventuarios do Culto Catholico.....	182:260\$000
35. Soccorros publicos.....	100:000\$000
36. Escola Quinze de Novembro — Para manutenção até o maximo de 60 menores orphãos existentes ou que forem recebidos, á razão de 700\$ cada um, de accordo com o n. V, do art. 3º, da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900....	42:000\$000
37. Obras — Eleve-se a 665:639\$698, destinados — 150:000\$ para fundação ou adaptação de um edificio para a Maternidade e escola profissional de enfermeiras, na Capital Federal; 200:000\$ para estabelecer-se uma estação sanitaria de 1ª classe, a ella adaptando-se as obras feitas em Tamandaré; e 40:287\$580 para as obras do Senado Federal.....	665:639\$698
38. Corpo de Bombeiros.....	777:448\$050
39. Magistrados em disponibilidade.....	400:000\$000
40. Eventuaes.....	100:000\$000

Art. 3.º E' o Governo autorizado:

A pagar ao Dr. Clovis Bevilacqua o premio de 3:500\$, conquistado com a sua obra *Direito das Successões*, e mais a quantia de 4:600\$, como indemnização da impressão de 1.000 exemplares da obra mencionada, abrindo para isso os necessarios creditos.

Art. 4.º E' o Governo autorizado :

A effectuar o pagamento da installação de novo material electrico na Brigada Policial com o saldo do credito para esse fim aberto pelo decreto n. 4.191, de 5 de outubro do corrente anno, si o prazo para a terminação das obras exceder de 31 de março de 1902.

Art. 5.º E' concedida uma matricula gratuita no Internato do Gymnasio Nacional em favor do pae que tiver tres filhos alumnos contribuintes, no mesmo estabelecimento.

Art. 6.º E' o Governo autorizado a mandar imprimir na Europa ou em paiz onde houver maior vantagem, a obra *Sertum palmarum* do botanico brasileiro Dr. Barbosa Rodrigues, abrindo para tal fim o necessario credito, e de accordo com o autor.

Art. 7.º E' o Governo autorizado a mandar illuminar por electricidade a Casa de Detenção e a de Correção, abrindo o credito necessario á respectiva installação.

Art. 8.º O Presidente da Republica é autorizado a despendere pelo Ministerio das Relações Exteriores a importancia de 926:500\$, ouro, e 737:920\$, papel, nos serviços designados nas seguintes verbas:

	Papel	Ouro
1. Secretaria de Estado — Augmentada de 11:000\$ para pagamento de tele- grammas exteriores....	222:920\$000	
2. Empregados em disponi- bilidade.....	70:000\$000	
3. Extraordinarias no inte- rior.....	45:000\$000	
4. Commissão de limites....	400:000\$000	
5. Legações e Consulados — Diminuida de 28:000\$ para as representações dos ministros no Perú, Bolívia, Paraguay, Suis- sa, Santa Sé, Belgica e Hespanha. — Augmen- tada de 65:000\$, sendo: 30:000\$ para um 2º se- cretario em cada uma das Legações dos Estados Unidos da America, da Republica Argentina, do Uruguay, da Italia, de Portugal e da Allema-		

	Papel	Ouro
nha, a 5:000\$ cada um (2:500\$ de ordenado e 2:500\$ de gratificação); 7:000\$ para um consul em Trieste (2:500\$ de ordenado e 4:500\$ de gratificação); 7:000\$ para um consul em Napoles (2:500\$ de ordenado e 4:500\$ de gratificação); 4:000\$ para um vice-consul em Posada; 2:000\$ para um consul geral em Nova-York; 7:500\$ para vencimentos de um consul no Chile; 7:500\$ para o restabelecimento do Consulado Geral de 2ª classe em Genebra.....	786:500\$000
6. Ajudas de custo.....	80:000\$000
7. Extraordinarias no exterior.....	60:000\$000

Art. 9.º O Presidente da Republica é autorizado a despendar pelo Ministerio da Marinha, com os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de 24.379:297\$254, papel:

1. Secretaria de Estado — Augmentada de 3:000\$, no material, para pagamento de telegrammas officiaes para o exterior....	208:667\$000
2. Conselho Naval.....	46:000\$000
3. Quartel General.....	60:231\$000
4. Supremo Tribunal Militar.....	26:040\$000
5. Contadoria.....	227:932\$500
6. Commissariado Geral da Armada.....	43:760\$000
7. Auditoria.....	15:800\$000
8. Corpo da Armada e classes annexas — Augmentada a verba de 32:400\$ pela annullação da reforma de um capitão de fragata, incluído no quadro da reserva por decreto de 21 de agosto ultimo; de um capitão de fragata graduado reintegrado no serviço activo da Armada, no posto de capitão-tenente do quadro especial, corpo docente da Escola Naval, por decreto n. 786, de 11 de setembro de 1901, e de um capitão-tenente promovido no quadro extraordinario, por decreto de 5 do mesmo mez de setembro, e de tres 1.ªs tenentes incluídos no quadro da re-	

- serva por decreto de 18 de setembro, e pela inclusão de quota para o pessoal do Corpo de Saude, reorganizado, em virtude do decreto n. 785, de 11 do referido mez de setembro; reduzida de 4:800\$, de um capitão de mar e guerra do quadro extraordinario, reformado por decreto de 28 de agosto findo..... 2.930:620\$000
9. Corpo de Marinheiros Nacionaes..... 1.399:400\$000
10. Corpo de Infantaria de Marinha..... 280:063\$200
11. Arsenaes — Augmentada de 100:000\$ para pagamento das pensões a que tiverem direito os operarios dos Arsenaes de Pernambuco e da Bahia, e de 3:600\$ para pagamento dos vencimentos devidos ao ex-secretario do extinto Arsenal de Pernambuco..... 3.795:334\$650
12. Capitancias de portos..... 352:239\$000
13. Balisamento de portos..... 50:000\$000
14. Força Naval..... 3.919:911\$050
15. Hospitales — Augmentada de 22:900\$, sendo: 10:000\$ a quota destinada a roupa, colchões, camas, travesseiros, etc., para doentes do hospital e enfermaria de Copacabana; 10:000\$ para medicamentos e 2:900\$ para utensilios..... 358:125\$000
16. Repartição da Carta Maritima — Augmentada de 70:000\$ para conclusão da montagem do pharol de Gurupy e montagem dos pequenos pharões de Simão Grande, Tatuoca, ilha das Flechas e Ponta do Caeté..... 690:100\$000
17. Escola Naval e estabelecimentos scientificos — Augmentada de 9:500\$, sendo 8:000\$ para publicação da *Revista Maritima* e 1:500\$ para aquisição de obras, memorias, etc., da sub-consignação Bibliotheca e Museo da Marinha..... 378:000\$000
18. Reformados — Augmentada a verba de 9:000\$ para attender ao soldo e quotas de um vice-almirante graduado reformado com o soldo de contra-almirante, por decreto de 28 de agosto de 1901, não obstante a redução de 9:312\$, proveniente do soldo de um capitão de fragata que passou para o serviço no quadro da reserva e de um capitão de fragata graduado reintegrado tambem no serviço da Armada, no quadro especial, por decreto n. 786, de 11 de setembro de 1901, e tres 1^{os} tenentes cujas reformas foram

annulladas por decreto de 18 de setembro de 1901.....		683:482\$108
19. Companhia de Invalidos.....		110:000\$000
20. Armamento.....		70:000\$000
21. Munições de bocca — Augmentada de 28:871\$500 para attender ás etapas dos officiaes promovidos em virtude da reorganisação do Corpo de Saude por decreto n. 785, de 11 de setembro de 1901, e a dos do quadro extraordinario do corpo da Armada.....	4.973:591\$746	
22. Munções navaes — Elevada a consignação de 400:000\$.....	1.200:000\$000	
23. Material de construcção naval.....	750:000\$000	
24. Obras :		
Para acquisição		
batel destinada ao dique Santa Cruz.....	200:000\$	
Para reconstrucção da doca do Arsenal da Bahia.....	50:000\$	
Para os concertos necessarios ao edificio onde funciona a Contadoria da Marinha.....	30:000\$	
Para os concertos de edificios, fortalezas e quartels ; acquisição do respectivo material e obras novas, incluída nesta verba a quantia necessaria para os concertos de que precisa a Escola de Aprendizizes Marinheiros de Pernambuco, a juizo do Governo.....	145:000\$	430:000\$000
25. Combustivel—Augmentada a dotação de.....	259:000\$	900:000\$000
26. Fretes, etc.....		250:000\$000
27. Eventuaes.....		200:000\$000

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado :

a) a rever os regulamentos das repartições do Ministerio da Marinha, sem augmento de despesa, creação ou suppressão de empregos, augmento ou diminuição de vencimentos ;

b) a vender o material reputado inutil, aproveitando o producto da venda nos reparos do material fluctuante e proprios nacionaes ;

c) a desenvolver orro naval com os recursos para esse fim destinados na lei da receita ;

d) a dotar, dentro das forças do orçamento, as escolas de aprendizes marinheiros, com o material fluctuante necessario para dar aos aprendizes a instrucção pratica de grumete ;

e) a applicar aos novos pharóes, que tenham de ser inaugurados dentro do exercicio, os creditos votados para pessoal e custeio dos que não estiverem montados e funcionando ;

f) a abrir credito supplementar á verba — Corpo de Marinheiros Nacionais — caso venha a preencher-se o numero de praças marcado na lei de fixação de forças, para attender ao pagamento de vencimentos e material ;

g) a enviar officiaes competentes como addidos navaes a paizes estrangeiros, não excedendo de tres, correndo a despesa pelas rubricas 8^a, 14^a e 21^a ;

h) a mandar construir, para experiencia, um submarino de invenção nacional, que for julgado aceitavel, depois de ouvidas e publicadas as opiniões dos competentes sobre o melhor typo a adoptar, abrindo o credito necessario ;

i) a fazer embarcar officiaes da Armada em navios de linhas subvencionadas, no intuito de proporcionar-lhes pratica do mar e conhecimento da costa, sem perda dos vencimentos que perceberem, nem de antiguidade, sendo-lhes contado esse tempo como de embarque, não percebendo, porém, gratificação alguma das respectivas empresas e sendo obrigados a apresentar relatorios das viagens que fizerem ;

j) a abrir credito necessario para occorrer ás despesas com as viagens de navios da Armada, que, porventura, sejam feitas a portos estrangeiros, na vigencia do exercicio ;

k) a fazer embarcar officiaes da Armada em navios de guerra de marinha estrangeira, até o maximo de seis, obtida a prévia sentença dos respectivos Governos, correndo a despesa pelas rubricas 8^a, 14^a e 21^a, e devendo a escolha recahir entre os officiaes subalternos.

Art. 11. Continúa em vigor no exercicio de 1902 o disposto no art. 16 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.

Art. 12. Nas diversas verbas do orçamento do Ministerio da Marinha seja realizada economia até a importancia de 500:000\$, para ser applicada á construcção dos monitores *Maranhão* e *Perambuco*.

Art. 13. O Presidente da Republica é autorizado a despendar com os diversos serviços a cargo do Ministerio da Guerra a quantia de 46.295:602\$033, assim distribuida :

1. Administração Geral da Guerra.....	202:615\$000
2. Supremo Tribunal Militar e auditores.....	129:800\$000
3. Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.....	238:330\$000
4. Intendencia Geral da Guerra.....	261:725\$000
5. Instrução militar — Augmentada de 10:000\$ a sub-rubrica <i>Tiro Nacional</i> para organização dos concursos de tiro. Reuzida de 3:600\$, nas <i>Diversas vantagens</i> , a consignaçoão referente á gratificação para regencia de turmas e prelecções sobre hygiene militar.....	1.002:494\$500

6. Arsenaes e depositos — Substituida por — Arsenaes, depositos e fortalezas. Aumentada de 14:710\$ para o pessoal encarregado da luz electrica nas fortalezas de Imbuhy e Santa Cruz, sendo em cada uma dellas um electricista com 4:800\$ annuaes de gratificação e um foguista com a diaria de 7\$000..... 1.144:385\$000
7. Fabricas e laboratorios — Diminuida de 19:170\$ por extinguir-se o Laboratorio Pyrotechnico de Matto Grosso e augmentada em 6:000\$ a sub-rubrica — Fabrica de Polvora de Coxipó — para diarias a operarios a 6\$666 cada uma... 350:871\$300
335:100\$000
8. Serviço de saude.....
9. Soldos e gratificações — Diminuida de 10:000\$ na sub-rubrica — gratificações diversas, especiaes..... 14.650:222\$900
10. Etapas — Acrescentem-se depois das palavras — *Amazonas, Pará e Matto Grosso* — as seguintes: — e *Rio Grande do Sul somente em S. Borja, Santa Anna do Livramento e Colonia do Alto Uruguay*..... 15.797:054\$000
11. Classes inactivas..... 1.901:369\$956
12. Ajuda de custo..... 200:000\$000
13. Colonias militares..... 97:908\$277
14. Obras militares — Augmentada: de 100:000\$ para continuação da construção das linhas telegraphicas estrategicas nos Estados de Matto Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul; de 700:000\$ para continuação da reconstrução da fortaleza da Lage; e distribuida a importancia de 110:000\$ do seguinte modo: 40:000\$ para a estrada de Guarapuava á colonia do Iguassú; 40:000\$ para a linha telegraphica em construção á foz do Iguassú; 30:000\$ para a linha telegraphica em construção á colonia do Alto Uruguay, no Rio Grande do Sul. Inclusive 20:000\$ para a conclusão de trabalhos urgentes no quartel de linha de S. João d'El-Rey... 2.000:000\$000
15. Material — Reduzida de 139:935\$ por ser supprimida a sub-consignação destinada ao Laboratorio Pyrotechnico de Matto Grosso, na importancia de 18:000\$; por serem assim diminuidas as seguintes sub-consignações: de 81:935\$ a destinada ao fardamento e calçado para 16.387 praças, por ser reduzida a 215\$ a média do custo

respectivo; de 40:000\$ a destinada á remonta de cavallos, muares e outros animaes para o Exercito. Augmentada de 58:352\$ pelo acrescimo de 30:000\$ á sub-consignação destinada a medicamentos, drogas, etc., para o Laboratorio Pharmaceutico Militar; pelo de 20:000\$ á sub-consignação destinada a luz para quartéis e estabelecimentos militares, etc.; pelo de 1:652\$ para concerto do motor da officina de machinas do Arsenal de Porto Alegre; pelo de 6:000\$ para a compra de machinas para a officina de carpintaria do mesmo Arsenal e pelo de 700\$ para pagamento de telegrammas exteriores..... 7.983:727\$000

Art. 14. Fica o Governo autorizado:

I, a rever, na vigencia desta lei e sem augmento de despeza, as tabellas de gratificações de exercicio e abono de ajuda de custo aos officiaes do Exercito, tornando-as mais equitativas e applicaveis aos officiaes do quadro e classes annexas da Armada, conforme dispoem o art. 85 da Constituição Federal e o art. 3º, ns. 2 e 3, da lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894;

II, a mandar installar em logar conveniente, ouvida a Direcção de Saude do Exercito, uma ou mais enfermarias destinadas aos officiaes e praças affectados de tuberculose;

III, a enviar officiaes competentes, como addidos militares, a paizes estrangeiros, não excedendo de quatro, correndo a despeza pela rubrica 1ª — Soldos e gratificações, e 10ª — Etapas;

IV, a continuar, na vigencia desta lei, os estudos necessarios á urgente construcção de uma ferro-via que ligue o Estado do Paraná ao de Matto Grosso, a qual será feita por praças do Exercito, sob a direcção de engenheiros militares;

V, a extinguir o Laboratorio Pyrotechnico de Matto Grosso, aproveitando o material e pessoal no Arsenal de Guerra e fabrica de polvora do mesmo Estado e o edificio para aquartelamento de um batalhão;

VI, a mandar servir nos exercitos estrangeiros, por espaço de um anno, até dous officiaes por arma e corpos especiaes, obtida a prévia licença dos respectivos Governos, correndo a despeza por conta das rubricas competentes;

VII, a reformar o arreiamento dos corpos montados do Exercito, podendo, para esse fim, dispor das sobras que se verificarem nas outras rubricas do art. 15 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.

Art. 15. Ficam vigorando como creditos especiaes, para os mesmos fins para que foram votados, os saldos dos creditos concedidos pelos decretos ns. 141, de 5 de julho de 1893, e 1923, de 24 de dezembro de 1894.

Art. 16. Continúa em vigor o art. 20 da lei n. 552, de 23 de novembro de 1899.

Art. 17. O Presidente da Republica é autorizado a despende pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas a importância de 66.878:839\$622, papel, e 10.770:614\$422, ouro, com os serviços designados nas seguintes verbas :

	Papel	Ouro
1. Secretaria de Estado—Augmentada de 1:000\$ para pagamento de telegrammas exteriores officiaes e elevada a gratificação para fardamento dos correios a 300\$ para cada um... ..	295:280\$000	
2. Estatística—Reduzida a 180:000\$ a consignação destinada ao recenseamento de 1900... ..	332:592\$500	
3. Correios—Reduzidas as seguintes consignações: vencimentos e gratificações fixados aos agentes, ajudantes thesoureiros no territorio da Republica a 1.600:000\$; aos conductores, estafetas e empregados das lanchas, escaleres e correios, a 1.100:000\$; ajudas de custo e passagens a 30:000\$; combustivel e outros objectos necessarios ao serviço das lanchas e escaleres e sua conservação no Districto Federal e em diversos Estados, a 60:000\$; publicações postaes, annuncios, editaes e relatorios diversos, a 40:000\$; despesas miudas de prom-		

Papel

Ouro

<p>pto pagamento a 70:000\$; Eventuaes a 40:000\$; acrescentadas as seguintes consignações: Instalação e custeio de seis succursaes do Correio da Capital da Republica, custo e conservação dos vehiculos, arreios, animaes, etc.. 109:200\$; material para o transporte das malas na Capital Federal, em carros apropriados, 33:600\$; telegraphmas exteriores, 600\$, e podendo destinar-se da subconsignação «Utensilios» até 30:000\$, para estabelecer-se o fechamento de valores e de malas pelo systema do empregado Alfredo Marques de Souza.....</p>	10.330:582\$300	112:000\$000
<p>4. Telegraphos — incluindo-se na consignação — Pessoa — da Administração Geral, dous 2^{os} escripturarios, 7:600\$, em virtude do regulamento approved pelo decreto n. 4053, de 24 de junho de 1901; na consignação — Pessoal das linhas —, elevado o numero de engenheiros-chefes de districto a 17, 153:000\$, supprimidos dous ajudantes, reduzido</p>		

Papel

Ouro

o numero de feitores a 78, 168:480\$, o numero de guardas de 1ª classe a 140, 252:000\$, o numero de guardas de 2ª classe a 335, 482:400\$, substituida a consignaço — 720 trabalhadores a 4\$ diarios (300 dias), 864:000\$ — por esta — Trabalhadores e empregadas de conservação das linhas, 840:000\$; no material das linhas, substituidas as consignaço:s — Empregadas e conservação das linhas, 40:000\$ — e — Renovação e consolidação das linhas, 120:000\$, papel e 84:445\$500 ouro — respectivamente por estas — Empregadas de conservação das linhas ao longo das estradas de ferro 40:000\$ — e — Renovação e consolidação da linha (pessoal e material), papel, 120:000\$ — Renovação e consolidação das linhas (aquisição de material no estrangeiro), ouro, 84:445\$500; — na consignaço — Pessoal — das estações, reduzido o numero de telegraphistas de 1ª classe a 75, 360:000\$, de telegraphistas de

TABELLA N. 1

CARGOS	INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR												GYMNASIO NACIONAL		
	FACULDADES DE DIREITO			FACULDADES DE MEDICINA			ESCOLA POLYTECHNICA			ESCOLA DE MINAS			ORD.	GRAT.	TOTAL
	ORD.	GRAT.	TOTAL	ORD.	GRAT.	TOTAL	ORD.	GRAT.	TOTAL	ORD.	GRAT.	TOTAL			
Director.....	—	7:200\$000	7:200\$000	—	7:200\$000	7:200\$000	—	7:200\$000	7:200\$000	—	7:200\$000	7:200\$000	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Vice-director.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Lente.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	4:000\$000	3:200\$000	7:200\$000	4:000\$000	3:200\$000	7:200\$000	4:000\$000	3:200\$000	7:200\$000	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Substituto.....	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
Professor.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Encarregado da clinica odontologica....	—	—	—	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Assistente.....	—	—	—	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Preparador.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	—	—	—	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Instructor de gymnastica.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Secretario.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Sub-secretario.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	—	—	—	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Bibliothecario.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	—	—	—
Sub-bibliothecario.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	—	—	—	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Escrevão.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Medico.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parteira.....	—	—	—	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	—	—	—	—	—	—	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Amanuense.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	—	—	—
Inspector de alumnos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Porteiro.....	1:800\$000	900\$000	2:700\$000	1:800\$000	900\$000	2:700\$000	1:800\$000	1:500\$000	3:300\$000	1:800\$000	900\$000	2:700\$000	934\$000	460\$000	1:400\$000
Bedel.....	1:400\$000	600\$000	2:000\$000	1:400\$000	600\$000	2:000\$000	1:400\$000	600\$000	2:000\$000	980\$000	420\$000	1:400\$000	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Bedel servindo na bibliotheca.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	—	—	—	—	—	—
Conservador.....	—	—	—	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	—	1:200\$000	1:200\$000
Auxiliar de gabinete.....	—	—	—	—	—	—	1:400\$000	600\$000	2:000\$000	—	—	—	—	—	—
Interno de clinica.....	—	—	—	—	1:200\$000	1:200\$000	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Agente-thesoureiro.....	—	—	—	—	—	—	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	—	—	—	—	—	—

Capital Federal, 1 de janeiro de 1901.— Epitacio Pessoa.

Papel

Ouro

3ª classe a 292, 876:000\$, de telegraphistas de 4ª classe a 264, 528:000\$, de estafetas de 1ª classe a 63, 113:400\$, incluindo-se 20 telegraphistas regionaes, 28:800\$, tudo de accordo com o citado regulamento de 24 de junho de 1901; reduzida a consignação — Transporte de pessoal — a 50:000\$; no — Material das estações, — substituindo o enunciado — Consignações do art. 43 do regulamento, 125:000\$ — por este : — Consignações do art. 36 do regulamento, 125:000\$; — no «escritório da 2ª divisão», substituido o engenheiro - ajudante pelo subchefe da secção technica, 9:000\$ (art. 339 do regulamento); reduzido no pessoal do almoxarifado o numero de 2ºs escripturarios a um, 3:800\$ (art. 358 do regulamento); organizado o quadro do pessoal da 3ª divisão, de accordo com o art. 373 do regulamento e elevada a consignação respectiva a 232:000\$; na — 4ª divisão —, substituido o

	Papel	Ouro
enunciado—Gra- tificações extra- ordinarias, aju- das de custo e do art. 89 do regu- lamento por mo- tivos de serviço— por este — Gra- tificações extra- ordinarias, com- prehendidas as dos arts. 81 e 548 do regula- mento e ajudas de custo..... 7.435:320\$000	307:586\$122
5. Auxilios á agri- cultura — redu- zida a consi- gnação <i>Conclu- são do muro do Jardim Botânico</i> a 8:000\$ e dizen- do-se na mesma consignação em vez de 30 traba- lhadores 27:000\$, trabalha do res 27:000\$. Acres- centado na con- signação — Con- tribuição para a <i>Flora Brasili- ensis de Martius</i> : — «e seus sup- plementos»..... 112:500\$000	815\$000
6. Agasalho e trans- porte de immi- grantes esponta- neos — reduzida a 6:000\$ a consi- gnação para con- certo e continua- ção do caes do lado de l e s t e , elevada a 12:000\$ para a reparação e conservação do material fluctu- ante, elevado a quatro o numero de tripulantes de batelões e a res- pectiva verba a 3:679\$200.... 195:255\$700	
7. Subvenções ás companhias de navegação —		

	Papel	Ouro
<p>augmentada de 24:000\$ para o serviço de rebocagem dos portos de Sergipe; supprimida a consignação de 36:000\$ para subvenção á <i>The Royal Mail Steam Packet Company</i> e elevada a subvenção aos serviços que estão a cargo do Lloyd Brasileiro, de 139:500\$ para o serviço de navegação constante dos contractos da ex-Companhia Bahiana, ficando o Governo autorizado a contemplar na escala do Norte o porto de Aracajú, pelo menos com uma via gem mensal.....</p>	<p>..... 2.772:140\$000 3.718:563\$630</p>	<p>9.865:339\$638</p>
8. Garantia de juros.		
9. Estrada de Ferro Central do Brazil — na 4ª divisão inscrevendo-se a consignação <i>Acquisição de material rodante e de tracção</i> , sem a discriminação da proposta, 1.880:000\$; reduzindo-se a verba — Obras novas, melhoramentos nas officinas, etc., a 450:000\$; na 5ª divisão, reduzida a consignação para 12 machinistas de lastro, de 3ª classe, e 12 foguistas a 55:660\$; reduzida a consigna-		

	Papel	Ouro
ção — Gratificação de 25 % aos empregados destacados para logares insalubres a 100:000\$000....	31.308:863\$270	
10. Estrada de Ferro Paulo Affonso..	116:756\$500	
11. Obras federaes nos Estados :		
A — Porto de Pernambuco :		
Pessoal.....	226:752\$500	
Material.....	150:000\$000	
B — Barra e porto do Rio Grande do Sul:		
Pessoal.....	369:272\$000	
Material	417:970\$000	
C — Porto de Santa Catharina :		
Pessoal	85:615\$000	
Material.....	75:150\$000	
D — Porto da Parahyba:		
Pessoal (lei n. 652, de 23 de novembro de 1899).....	116:749\$500	
Material (idem, idem).	105:242\$000	
Reconstrução da ponte Sanhauã.....	100:000\$000	
E — Porto do Natal:		
Pessoal e material....	211:040\$000	
F — Açude do Quixadá:		
Pessoal e material....	299:600\$000	
G — Porto do Maranhão:		
Subvenção á Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão.....	150:000\$000	2.307:401\$000
12. Obras publicas na Capital Federal:		
1ª divisão — reduzidas as consignações — Expediente — e o necessario		

Papel

Ouro

para o serviço a
6:400\$; reparos
de proprios na-
cionaes a 15:000;
aluguel de appa-
relhos telepho-
nicos a 2:000\$000. 253:105\$000

2ª divisão — rectifi-
cada, na pro-
posta, a diaria
dos feitores
da conservação
das florestas, quo
é de 5\$, sem al-
teração da consi-
gnação respec-
tiva; reduzida
a de jardineiros
a 8:100\$; substi-
tuindo-se na ru-
brica « Repara-
ção e melhora-
mentos da rede
de distribuição » 120 tra-
balhadores,
153:300\$ por 100
trabalhadores, a
4\$, 146:000\$; re-
ctificado na ru-
brica « Aferição
de hydrometros »
o erro typogra-
phico, em virtude
do qual estão
indicados 50 offi-
ciaes, em vez de
cinco; reduzida
a consignação
« Proseguimento
da rede de dis-
tribuição » de
300:000\$ a
250:000\$; elimi-
nada a consigna-
ção de 191:000\$
para a ligação do
reservatorio do
Pedregulhao do
Morro da Viuva,
elevando-se a
consignação pa-
ra trabalhadores
da floresta
da Tijuca a
19:162\$560;
acrescentan-

	Papel	Ouro
do-se um feitor da conservação de collectores e galerias de aguas pluvias, 1:800\$000.....	930:909\$060	
3ª divisão—corrigindo-se na rubrica «Pessoal» da proposta a designação «contador geral» por «conductor geral»; accrescentando-se á consignação «Conservação das canalizações» 12 guardas, 15:360\$, á consignação «Mananciaes e florestas», 10 guardas, 12:720\$ no pessoal da conservação das canalizações, dizendo-se um amanuense, em vez de um escrevente.....	127:462\$500	
4ª divisão — novas canalizações	250:000\$000	
5ª divisão—corrigindo-se a diaria do servente estafeta do escriptorio central, que é de 3\$, accrescentando-se ao pessoal da estação do Cajú um guarda de armazem, diaria de 5\$, 1:825\$, rectificando a somma da consignação «Pessoal» da via permanente, que é 119:172\$500...	506:759\$500	2.073:236\$060
13. Esgoto da Capital Federal	4.524:595\$000	
14. Illuminação publica na Capital Federal.....	578:288\$662	481:273\$662
15. Fiscalização—substituindo-se «Estrada de Ferro		

	Papel	Ouro
Corcovado e Ferro-Carril Itaguahy» pelo seguinte:		
Estrada de Ferro Corcovado e estatística da viação ferrea:		
Engenheiro fiscal.....	8:600\$000	
Expediente.....	50\$000	
Ferro-Carril de Itaguahy:		
Engenheiro fiscal.....	3:600\$000	
Expediente.....	50\$000	
16. Observatorio Astronomico.....	502:760\$000	3:600\$000
17. Repartições e logares extinctos.....	81:600\$000	
18. Eventuaes.....	92:560\$000	
	100:000\$000	

Art. 18. E' o Poder Executivo autorizado :

I, a mandar imprimir na Imprensa Nacional os trabalhos organisados sobre Correios pelo amanuense da Directoria Geral Alfredo Marques de Souza, caso esses trabalhos mereçam a approvação da mesma Directoria ;

II, a construir as seguintes linhas telegraphicas :

de Bomjardim a Taquaretinga, no Estado de Pernambuco ;
de Cuyabá a Corumbá, ficando autorizado a despende a quantia de 100:000\$000 ;

de Porto de Cachoeira de Santa Leopoldina á villa Affonso Ciaudio, no Estado do Espirito Santo, ficando autorizado a despende a quantia de 40:000\$000 ;

de Itabira a Sant'Anna de Ferros e Guanhões, ficando autorizado a despende a quantia de 30:000\$000 ;

da estação de Boquim á cidade de Simão Dias, passando pela villa de Campos e cidade do Lagarto, no Estado de Sergipe ;

de Lavras, no Estado do Ceará, a Souza, no da Parahyba, passando pela cidade de Cajazeiras e villa de S. João de Souza ;
de Peripery á cidade de Itamaraty, no Estado do Piahy ;

um ramal ligando as cidades de Sant'Anna e Acarahú á de Sobral, no Estado do Ceará, ficando autorizado a despende até 40:000\$000 ;

ramaes de linha terrestre para as cidades de Maracanã, Marapanim, Odivelas, Vigia e S. Miguel do Guamã, no Estado do Pará ;

de Oeiras a Parnaguá, com um ramal de Oeiras para as cidades de Valença, Picos e Jaicós, ficando autorizado a despende até a quantia de 60:000\$000 ;

de Cachoeiro do Itapemirim a Rio Novo e Alfredo Chaves, no

Estado do Espirito Santo, ficando autorizado a despende até 40:000\$000;

linha para Campos Novos, passando por Coritybanos, em Santa Catharina, ficando autorizado a despende até 30:000\$000; de S. Benedicto, no Ceará, ao ponto mais conveniente da rede geral;

III, a despende até a quantia de 100:000\$ com a aquisição de sementes e plantas para serem distribuidas pelos agricultores e com o pagamento de passagens e seguros de animaes de raças cavallar, bovina, suina e lanigera, reproductores destinados a estabelecimentos agricolas ou pastoris, devendo as requisições para importação desses animaes ser feitas directamente ao Governo, que terá muito em vista a distribuição mais equitativa possivel pelos Estados;

IV, a despende até 300:000\$ com a propaganda dos productos agricolas e mineraes do Brazil nos paizes estrangeiros;

V, a adherir á convenção internacional de Berne para a defesa efficaz da viticultura;

VI, a conceder franquia postal para a correspondencia, publicações e sementes distribuidas pela Sociedade Nacional de Agricultura, para a correspondencia do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros;

VII, a reorganisar os serviços de navegação que teem estado a cargo do Lloyd Brasileiro, distribuindo as respectivas subvenções nos limites do credito consignado nesta lei e ficando estipuladas, no contracto com a companhia que tomar a si esses serviços, a diminuição dos actuaes preços de transporte para os generos de produção nacional e a obrigação para a companhia de fornecer vapores extraordinarios, afim de transportar as mercadorias dos portos intermediarios, desde que a requisição lhe tenha sido feita com a antecedencia de dez dias e os navios ordinarios não possam effectuar o transporte;

VIII, a renovar, sem augmento de despeza, o actual contracto com a Companhia Pernambucana de Navegação para o serviço de navegação entre os portos do Recife e Camocim e os do Recife e Aracajú, com a clausula de fazer duas viagens mensaes ao porto da Amarração ou ao de Cajueiros;

IX, a contractar de novo, nas condições da lei n. 351, de 11 de dezembro de 1895, o serviço de navegação por ella estabelecido, devendo, porém, as viagens começar dos portos de Grajahú e Florianó, sem augmento da actual subvenção;

X, a prolongar a navegação da linha do Araguay até o Oyapoc mediante a subvenção que julgar conveniente, de accordo com a Companhia do Amazonas;

XI, a applicar da renda liquida produzida pela Estrala de Ferro Central do Brazil, no exercicio de 1901, até a quantia de 2.500:000\$ na construcção do prolongamento da linha do centro, de Silva Xavier a Curvello, e na conclusão do prolongamento da bitola do ramal de S. Paulo, sendo 1.500:000\$ na primeira obra e 1.000:000\$ na segunda.

§ 1.º O respectivo credito será aberto no começo do exercicio, por conta do saldo a liquidar.

§ 2.º A execução das obras será subordinada á Directoria da Estrada de Ferro Central, podendo ser constituida uma divisão provisoria, para a construcção do prolongamento de Silva Xavier a Curvello;

XII, a prorogar o prazo para a conclusão das obras da Estrada de Ferro Mogyana, no trecho de Araguay a Catalão;

XIII, a prorogar por dous annos o prazo da concessão da Estrada de Ferro da praça da Republica á barra de Guaratyba, sem onus algum;

XIV, a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$, para occorrer ás despesas com a revisão da rede de encanamentos do abastecimento de agua da Capital Federal, aquisição de novos mananciaes e outros melhoramentos reclamados pelo mesmo serviço;

XV, a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 40:000\$, para occorrer ás despesas da representação dos productos brasileiros na exposição Pan-Americana de Buffalo;

XVI, a entrar em accordo com a Companhia Victoria a Minas para que a concessão a que se refere o decreto n. 1082, de 28 de novembro de 1890, comece na cidade da Victoria, passe por Pepanha e termine em Diamantina, mantidos para o começo e conclusão das obras os prazos constantes do contracto celebrado para a execução do decreto citado, ficando extincta a concessão feita pelo decreto n. 574, de 12 de julho de 1890;

XVII, a rever, em beneficio da lavoura da canna, a concessão dos engenhos centraes de fabricar assucar, de Iguape e Rio Fundo, no Estado da Bahia, para o fim de regularizar o seu funcionamento; podendo, no caso de não conseguir a restauração das fabricas necessarias á defesa e salvação da lavoura, rescindir o contracto, sem prejuizo para a União do reembolso das quantias adeantadas pelo Governo a titulo de garantia de juros, credito determinado no decreto n. 635, de 9 de agosto de 1890;

XVIII, a entrar em accordo com as empresas de estradas de ferro, que gosam de garantias de juros do Governo Federal, no sentido de alterar os respectivos traçados, contando que dessa alteração não resultem novos onus para a União, ficando antes demonstrado que os novos traçados offerecem melhores probabilidades de trafego, tendentes a diminuir a importancia dos juros a pagar durante o prazo das respectivas concessões;

XIX, a fazer contar o prazo para a conclusão da construcção do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Catalão a Palmas, da data da inauguração da estação de Catalão, da Estrada de Ferro Mogyana, obrigando-se a concessionaria a entrar em accordo com a Estrada de Ferro Mogyana para conclusão do trecho de Araguay a Catalão;

XX, a contractar o estabelecimento de um apparelho de carga e descarga no porto da Fortaleza, mediante o pagamento de taxas previamente estipuladas e sem privilegio;

XXI, a incluir nas viagens do Lloyd o porto de Santarém, no Estado do Pará, utilizando-se para isso das viagens que são feitas ao porto de Obidos, as quaes passarão a ser feitas alternadamente ;

XXII, a renovar, sem augmento de despeza, o contracto da Companhia de Navegação do Maranhão, por prazo não excedente ao da clausula XXIII do decreto n. 1835, de 10 de outubro de 1894, podendo supprimir portos de escalas e crear outras, incluindo nestas o porto de Acarahú, e respeitada a disposição do art. 18 da lei n. 939, de 26 de setembro de 1857.

Art. 19. Aos engenheiros residentes da Estrada de Ferro Central do Brazil será abonada, para despesas de viagem, a diaria de 5\$000, que será paga mediante attestado do funcionario immediatamente superior.

Art. 20. Ficam mantidas as disposições constantes do n. XII do art. 22 da lei n. 652, de 23 de dezembro de 1899, dos ns. IX, XII, XIV, XVIII, XIX, XX, XXII, XXV e XXVII do art. 22 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, e dos arts. 23 e 24 da mesma lei.

Art. 21. Fica prorogado, por mais oito mezes, o prazo para o começo das obras do porto da Bahia.

Art. 22. As despesas de fiscalização das estradas arrendadas, a que se refere o n. 25 do art. 29 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, serão pagas pelas quotas fornecidas para este fim, constantes dos contractos de arrendamento.

Art. 23. O Presidente da Republica é autorizado a despendar pelas repartições do Ministerio da Fazenda, com os serviços designados nas seguintes verbas, em ouro, 21.895:057\$158 ; em papel, 83.178:617\$909.

	Ouro	Papel
1. Juros e mais despesas da divida externa.....	17.034:466\$667	
2. Juros e amortização dos empréstimos internos...	2.286:065\$900	9.600:000\$000
3. Juros da divida interna fundada.....	25.756:084\$000
4. Pensionistas, sendo 300:000\$000 para despesas de funeral, novas pensões.....	4.388:179\$949
5. Aposentados.....	2.708:653\$374
6. Thesouro Federal, augmentada de 9:000\$ para telegrammas no exterior...	1.003:945\$000
7. Tribunal de Contas.....	403:000\$000
8. Recebedoria da Capital Federal.....	350:700\$000
9. Caixa de Amortização....	100:000\$000	292:742\$500

Ouro

Papel

10. Casa da Moeda, diminuida a verba de material para a fabricação das moedas de nickel e bronze, de 15:000\$ para 10:000\$; a de combustivel, de 80:000\$ para 60:000\$; a de papel, tinta, oleos, vernizes, gomma (para sellos, estampilhas, etc.) de 80:000\$ para 60:000\$; e a de materiaes para as obras de 30:000\$ para 15:000\$000..... 678:540\$000
11. Imprensa Nacional e *Diario Official*, inclusive a impressãode 2.000 exemplares do *Boletim de Legislação Brasileira*, organizado pelo cidadão Paulo Tavares. Desse *Boletim*, publicado em 12 fasciculos, 1.000 exemplares ficarão para o Governo e 1.000 serão dados como unica recompensa ao seu organizador, que, si desejar fazer maior tiragem, poderá fazel-a mediante pagamento do papel necessario..... 1.160:340\$000
12. Laboratorio Nacional de Analyses na Alfandega da Capital Federal, elevada a 15:200\$ a verba destinada ao material, sendo: para livros, jornaes scientificos e objectos de expediente, talões e publicações, 4:500\$; aquisição de reactivos e instrumentos e conservação destes, 8:000\$; consumo de gaz, 1:200\$; despezas extraordinarias e eventuaes, inclusive asseio do edificio, 1:500\$; para os tres serventes, 3:600\$; e mais

	Ouro	Papel
18:000\$, importancia de 80 quotas á razão de 15 % sobre a renda até o ma- ximo de 120:000\$.	88:000\$000
13. Administração e custeio dos proprios e fazendas nacionais, deduzidos 6:000\$ pedidos para pagamento do fiscal da Companhia de Sanea- mento do Rio de Janeiro	71:280\$000
14. Delegacia do Thesouro em Londres.	36:600\$000	
15. Delegacias Fiscaes.	1.512:718\$000
16. Alfandegas: augmentada de 4:000\$ para o mate- rial da Alfandega do Rio Grande do Norte, sendo: 2:000\$ para aquisição de um escalor e 2:000\$ para compra do mate- rial fixo e rodante para o serviço das capatazias; de 7:600\$ para a Alfandega de Sant'Anna do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, sendo: 1:600\$ de orde- nado do administrador das capatazias e 9 quo- tas, 1:200\$ para 2 ser- ventes e 4:800\$ para aluguel da casa em que funciona a repartição e elevado a 174 o nu- mero de quotas nesta Alfandega; de 9:600\$ para a Alfandega de Pe- nedo, Estado de Alagôas, sendo: 6:000\$ para con- certo do <i>cutter</i> pertencente à mesma Alfandega e 3:600\$ para compra de tubos para a lancha <i>Ondina</i> e reduzida de 75:320\$, importancia das quotas, de conformidade com a tabella infra.	8:658\$200	9.415:849\$100

Tabella das quotas que devem perceber os empregados das Alfandegas

ALFANDEGAS	LOTAÇÃO	PORCENTAGENS	DESEPEZA PARA 1902
Manãos.....	7.000:000\$000	1.80	126:000\$000
Belém.....	17.000:000\$000	1.30	221:000\$000
Maranhão.....	4.000:000\$000	1.40	56:000\$000
Parnahyba.....	500:000\$000	2.70	13:500\$000
Fortaleza.....	2.600:000\$000	2.00	40:000\$000
Natal.....	100:000\$000	10.00	10:000\$000
Parahyba.....	900:000\$000	2.10	48:900\$000
Recife.....	18.000:000\$000	0.94	169:200\$000
Maceió.....	1.700:000\$000	2.20	37:400\$000
Penedo.....	140:000\$000	12.00	16:800\$000
Aracajú.....	300:000\$000	3.50	10:500\$000
Bahia.....	14.000:000\$000	0.95	133:000\$000
Victoria.....	250:000\$000	6.09	15:000\$000
Macahé.....	60:000\$000	20.00	12:000\$000
Capital Federal...	65.000:000\$000	0.75	487:500\$000
Santos.....	27.000:000\$000	0.57	153:900\$000
Paranaguá.....	1.500:000\$000	1.90	28:500\$000
Florianopolis.....	850:000\$000	2.60	22:100\$000
Rio Grande do Sul	8.000:000\$000	0.65	52:000\$000
Porto Alegre.....	4.000:000\$000	1.30	52:000\$000
Uruguayana.....	600:000\$000	5.00	30:000\$000
Livramento.....	300:000\$000	4.00	12:000\$000
Corumbá.....	1.400:000\$000	3.10	44:800\$000
			1.762:100\$000
17. Mesas de Rendas.....			724:226\$000
18. Empregados de repartições e logares extinc- tos.....			82:959\$986
19. Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo.....			2.849:400\$000
20. Comissão de 2 % aos vendedores parti- culares de estampilhas.....			150:000\$000
21. Ajudas de custo.....			40:000\$000
22. Gratificações por serviços temporarios e extraordinarios.....			30:000\$000
23. Juros dos bilhetes do Thesouro.....			480:000\$000
24. Juros do emprestimo do cofre dos orphãos.			650:000\$000
25. Juros das Caixas Economicas e Monte de Soccorro.....			5.700:000\$000
26. Juros diversos.....			50:000\$000

	Ouro	Papel
27. Porcentagem pela cobrança executiva pelas dividas da União.....	100:000\$000
28. Comissão e corretagens	20:000\$000
29. Despezas eventuaes.....	120:000\$000
30. Reposições e restituições.....	50:000\$000	450:000\$000
31. Exercícios findos.....	2.000:000\$000
32. Obras, sendo na Capital Federal 180:000\$ e nos Estados 600:000\$, comprehendendo-se nesta verba : 200:000\$ para construção de uma ponte de descarga na Alfandega do Ceará, 2:000\$ para construção de um posto fiscal em Parapuça, Estado de Alagoas e 1:500\$ para construção de outro posto fiscal no pontal da Barra de S Francisco, no Estado de Alagoas..	780:000\$000
33. Creditos especiaes.....	2.379:267\$291	

APPLICAÇÃO DA RENDA COM
DESTINO ESPECIAL

34. Fundo de resgate	<div> <div>importancia da receita orçada sob esta rubrica.....</div> <div>mais metade dos saldos que se operarem no orçamento</div> </div>	<div>2.920:000\$000</div> <div>\$</div>
35. Fundo de amortização dos empréstimos internos:	<div> <div>importancia da receita orçada....</div> <div>Papel..... mais metade dos saldos que se apurarem no orçamento.</div> </div>	<div>6.000:000\$000</div> <div>\$</div>

	Ouro	Papel
36. Obras dos melhoramentos dos portos executadas a custa da União, importancia orçada.....		2.530:000\$000
37. Serviço do soccorro naval no porto do Rio de Janeiro, importancia orçada.....		72:000\$000

Art. 24. O fundo de amortização dos empréstimos internos, papel, será constituído com os seguintes recursos:

a) as apolices adquiridas com a receita proveniente da venda de generos e proprios nacionaes, arrendamentos e aforamentos determinados no art. 3º da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900;

b) as apolices adquiridas com o saldo ou excesso entre os recebimentos e as restituições de depositos;

c) as apolices já adquiridas e as que o forem sendo pela Caixa de Amortização com os juros não reclamados, nos termos da lei de 23 de outubro de 1848, art. 48, e regulamento n. 9.370, de 14 de fevereiro de 1885, art. 94;

d) as apolices adquiridas com as verbas que para esse fim forem votadas annualmente pelo Congresso.

Art. 25. Todas as apolices adquiridas pela fórma indicada no art. 2º serão escripturadas na Caixa de Amortização sob o titulo « *Fundo de amortização dos empréstimos internos, papel* » e os respectivos juros serão empregados na compra de novas apolices, que irão augmentar o dito fundo.

Art. 26. Da renda do Laboratorio Nacional de Analyses será abonada ao seu pessoal, em effectivo exercicio e sem prejuizo de seus vencimentos actuaes, a quantia de 15 % sobre a lotação de 120:000\$, dividida em 80 quotas, assim distribuidas :

1 Director	10	2:250\$000
2 Chimicos, 1ª classe 7 cada um.....	14	3:150\$000
4 » 2ª » 6 » »	24	5:400\$000
4 » 3ª » 5 » »	20	4:500\$000
1 Escripturnario.....	5	1:125\$000
1 Amanuense.....	3	675\$000
1 Porteiro-conservador	4	900\$000
	80	18:000\$000

Art. 27. Os trabalhos graphicos e accessorios das reparações e estabelecimentos publicos da Capital Federal, para cuja despesa são consignadas verbas nesta lei, serão executados, exclusivamente, pela Imprensa Nacional, não devendo ser ordenada nem paga despesa alguma, por conta das mencionadas verbas, sinão de conformidade com este preceito. Exceptuam-se desta regra os serviços peculiares da Alfandega da Capital Fe-

deral e os da Repartição de Estatística, que continuarão a ser feitos nas officinas typographicas dessas repartições.

Paragrapho unico. Só por ordem expressa do Ministro da Fazenda e nos termos determinados no decreto n. 1541 C, de 31 de agosto de 1893, poderá ser feito, na mesma imprensa, qualquer trabalho para particulares, com o pagamento a prazo, e, gratuitamente, só com autorização legislativa.

Art. 28. Os vencimentos por substituição dos empregados de Fazenda se regularão pela forma estabelecida na decisão do Ministerio da Fazenda, n. 234, de 23 de abril de 1879.

Art. 29. As despesas com funeraes dos funcionarios publicos ficam sujeitas ao registro *a posteriori* do Tribunal de Contas, nos termos do art. 164 do regulamento que baixou com o decreto n. 2.409, de 23 de dezembro de 1896.

Art. 30. Ficam approvados os creditos na somma de 1.020:032\$019 ouro, e 12.329:832\$586 papel, constantes da tabella A, que acompanha esta lei.

Art. 31. Fica o Governo autorizado :

§ 1.º A ampliar até 25 annos os prazos para arrendamento dos campos de pastagem da fazenda de Santa Cruz, inserindo nos contractos que celebrar clausulas que assegurem o saneamento dos mesmos campos, de conformidade com a autorização do art. 3º, lettras c, d, e, da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900, que continúa em vigor.

§ 2.º A despendar, da quantia que tem de receber do Banco da Republica, em pagamento de sua divida, a importancia necessaria para adquirir, por compra ou construção, predios necessarios para serviço federal e objectos de valor artistico para a Academia de Bellas Artes.

§ 3.º A abrir no exercicio de 1902 creditos supplementares, até o maximo de 8.000:000\$, ás verbas indicadas na tabella B, que acompanha a presente lei. A's verbas — Soccorros publicos e — Exercicios findos — poderá o Governo abrir creditos supplementares em qualquer mez do exercicio, comtanto que sua totalidade computada com as dos demais creditos abertos não exceda o maximo fixado, respeitada quanto á verba — Exercicios findos — a disposição da lei n. 3.230, de 3 de setembro de 1881, art. 11.

No maximo fixado por este artigo não se comprehendem os creditos abertos aos ns. 5, 6, 7 e 8 do orçamento do Ministerio do Interior.

§ 4.º A liquidar os debitos dos bancos, provenientes de auxilios á lavoura.

§ 5.º A conceder o premio de 50\$, por tonelada, aos navios que forem construidos na Republica e cuja arqueação seja superior a 100 toneladas, podendo, para isso, abrir os creditos que forem necessarios.

§ 6.º A levar a credito do collecter das rendas federaes da cidade de Queluz, Estado de Minas Geraes, José Augusto

Moreira de Mendonça, a importância de 2:790\$520, que lhe foi debitada, proveniente de estampilhas de sello adhesivo e de impostos de consumo, roubadas por meio de arrombamento do edificio em que funcionava a Collectoria, como ficou provado pelo inquerito e pronuncia dos criminosos.

§ 7.º A despende, mediante avaliação pela Imprensa Nacional, a quantia necessaria para a impressão, até o numero de tres mil exemplares, da — Carta Descriptiva — para o ensino intuitivo nas escolas primarias, de Julio Cesar Pinto Coelho e Albino Alves Filho.

§ 8.º A elevar a categoria de 1.º ordem, sem augmento de despesa, a Mesa de Rendas de Camocim, no Estado do Ceará.

§ 9.º A relevar a Mesa administrativa da Santa Casa de Misericordia e Hospital dos Lazaros de Sabará (Minas) da obrigação do pagamento da quantia de 1:736\$250, correspondente a liquidação das tres quintas partes do extincto vinculo do Jaguará.

§ 10. A despende até a quantia de 50:000\$ com a construcção ou acquisição de um predio para a Alfandega da Parnahyba.

§ 11. A pagar ao cidadão Apulchro Motta a quantia de 6:530\$107, que deixou de lhe ser paga por falta de verba e cujo direito lhe foi reconhecido por despacho do Ministerio da Fazenda de 10 de outubro de 1899.

§ 12. A mandar pagar aos empregados das Alfandegas a porcentagem relativa ao augmento da renda verificado no exercicio de 1901, comparado com o exercicio anterior, de conformidade com a doutrina estabelecida no art. 41 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, abrindo para esse fim o necessario credito.

§ 13. A relevar o thesoureiro do papel-moeda da Caixa da Amortização da responsabilidade e pagamento da importancia relativa ao desfalque dado pelo ex-fiel Arnaldo Vieira da Camara. Nessa relevação não se comprehende a importancia de 40:000\$, valor da fiança prestada pelo mesmo thesoureiro.

§ 14. A despende até a quantia de 50:000\$ para auxiliar as despesas feitas pela Sociedade Nacional de Agricultura com o Congresso Nacional de Agricultura, que se reuniu nesta Capital, em setembro do corrente anno, podendo mandar publicar na Imprensa Nacional os trabalhos apresentados e os stenographados, inclusive as monographias e memorias.

§ 15. A tornar extensivas a todas as Alfandegas as disposições do art. 254, § 2º, da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, incluindo-se os vinhos em cascos entre as mercadorias susceptíveis de corrupção a que se refere o dito paragrapho.

§ 16. A rever o regulamento sobre facturas consulares para o fim de modificá-lo, eliminando disposições que a pratica tenha aconselhado e adaptando-o de modo mais conveniente aos fins a que se destina.

§ 17. A mandar publicar na Imprensa Nacional a *Historia da guerra da triplice alliança*, escripta pelo finado Arthur Montenegro.

§ 18. A effectuar o emprestimo de 300:000\$ ao Estado do Espirito Santo, fazendo para esse fim a necessaria operação de credito.

§ 19. A abrir o credito na importancia de 6:975\$880, devida ao Dr. Ernesto Augusto da Silva Freire em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal de 16 de maio de 1900, para pagamento de seus ordenados de juiz de direito em disponibilidade.

§ 20. A pagar á viuva de Manoel Soares Lisboa a importancia das pedras fornecidas por seu marido ao Governo para a construção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, bem como o respectivo transporte.

Art. 32. Continuam em vigor, no exercicio desta lei, as disposições dos ns. 2, 9, 12, 23, 24 e 28 do art. 29 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, bem como a do art. 32 da mesma lei e a do art. 2º, n. XIV, da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900, que permite a venda de estampilhas aos fabricantes nacionaes, a prazo de tres mezes.

Art. 33. Fica elevado a 15 % o maximo de porcentagem de que trata o art. 29, n. 6, da lei que fixou a despesa do Ministerio da Fazenda para o exercicio de 1901.

Art. 34. Fica revogada a disposição do n. 6 do art. 29 da lei n. 746, de 29 de outubro do anno passado, que prescreve a divisão do vencimento dos collectores e escrivães em quota fixa proporcional, e considerado o dito vencimento somente como porcentagem.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

TABELLA — A

Leis n. 559, de 9 de setembro de 1850, art. 1 § 6 e n. 2.348, de 25 de agosto, art. 20

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

EXERCICIO DE 1900

Decreto n. 3.589 — de 9 de fevereiro de 1900

Abre o credito especial para pagamento de premios e das despesas de impressão das obras
— Do endireitamento forçado dos cyphoticos,
Direito Penal do Exercito e Armada, Codigo Penal commentado e Compendio de Historia Geral de Direito.....

26:46)\$000

Decreto n. 3.683 — de 16 de junho de 1900

Abre o credito supplementar á verba — Soc-
corros publicos — do exercicio de 1900.... 550:000\$000

Decreto n. 3.728 — de 4 de agosto de 1900

Abre o credito extraordinario para indemnizar
ao Dr. João Paulo de Carvalho de despesas
que fez na Europa, no desempenho de com-
missão..... 8:000\$000

Decreto n. 3.735 — de 11 de agosto de 1900

Abre o credito extraordinario, ao cambio de 27,
para premio ao Dr. Tito dos Passos de Al-
meida Rosas, quando alumno na Faculdade
de Direito do Recife..... 4:200\$000

Decreto n. 3.736 — de 11 de agosto de 1900

Abre o credito extraordinario para pagamento
dos vencimentos do preparador de histologia
da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro,
Dr. Ernani Carlos de Menezes Pinto..... 880\$645

Decreto n. 3.766 — de 22 de setembro de 1900

Abre o credito supplementar para as verbas
— Subsidio de Senadores — 141:750\$ e á Sub-
sidio de Deputados — 477:000\$000..... 618:750\$000

Decreto n. 3.767 — de 22 de setembro de 1900

Abre o credito supplementar ás verbas — Secre-
taria do Senado — 32:700\$ e Secretaria da
Camara dos Deputados — 46:000\$, do actual
exercicio..... 78:700\$000

Decreto n. 3.813 — de 18 de outubro de 1900

Abre o credito supplementar ás verbas — Sub-
sidio dos Senadores — 141:750\$ e Subsidio de
Deputados — 477:000\$, do actual orçamento. 618:750\$000

Decreto n. 3.814 — de 18 de outubro de 1900

Abre o credito supplementar ás verbas — Se-
cretaria do Senado — 32:700\$ e Secretaria
da Camara dos Deputados — 46:000\$, do
actual orçamento..... 78:700\$000

Decreto n. 3.823 — de 10 de novembro de 1900

Abre o credito supplementar á verba — Soc-
corros publicos — do actual exercicio..... 550:000\$000

Decreto n. 3.827 — de 17 de novembro de 1900

Abre o credito supplementar ás verbas — Secretaria do Senado — 32:700\$ e — Secretaria da Camara dos Deputados — 46:000\$, do exercicio corrente..... 78:700\$000

Decreto n. 3.828 — de 17 de novembro de 1900

Abre o credito supplementar ás verbas — Subsidio dos Senadores — 141:750\$ e — Subsidio dos Deputados — 477:000\$, do exercicio corrente.. 618:750\$000

Decreto n. 3.861 — de 15 de dezembro de 1900

Abre o credito supplementar ás verbas — Secretaria do Senado — 32:700\$ e — Secretaria da Camara dos Deputados — 16:000\$, do actual exercicio 78:700\$000

Decreto n. 3.862 — de 15 de dezembro de 1900

Abre o credito supplementar ás verbas — Subsidio dos Senadores — 137:025\$ e — Subsidio dos Deputados — 461:100\$, do actual exercicio.. 598:125\$000

Decreto n. 3.966 — de 23 de março de 1901

Abre o credito supplementar á verba — Soccorros publicos — do actual exercicio..... 216:361\$310
 4.125:076\$955

Ministerio das Relações Exteriores

EXERCICIO DE 1900

Decreto n. 3.750 — de 23 de agosto de 1900

Abre o credito especial destinado a occorrer ás despesas com a verificação da nascente do rio Javary..... 200:000\$000

Decreto n. 3.847 — de 6 de dezembro de 1899

Abre o credito para liquidar definitivamente as reclamações de diversas Legações estrangeiras pelo imposto sobre navios das respectivas nacionalidades, indevidamente cobrado pelos Estados de Pernambuco e Alagoas..... 24:379\$954

 224:379\$954

Ministerio da Marinha

EXERCICIO DE 1900

Decreto n. 3.627 — de 28 de março de 1900

Abre o credito para pagamento da differença de salarios devida a operarios extraordinarios dispensados do Arsenal de Marinha desta Capital, no anno de 1899..... 10:863\$000

Decreto n. 3.853 — de 12 de dezembro de 1900

Abre o credito para pagamento ao almirante Jeronymo Francisco Gonçalves, da differença de vencimentos desde a data de sua reforma até a de sua reversão ao serviço activo da Armada..... 67:063\$138

 77:926\$138

Ministerio da Guerra

EXERCICIO DE 1900

Decreto n. 3.705 — de 20 de julho de 1900

Abre o credito extraordinario para pagamento de diarias a que tem direito o capitão reformado do Exercito Carlos Augusto Ferreira de Assumpção..... 3:350\$000

Decreto n. 3.796 — de 11 de outubro de 1900

Abre o credito para pagamento da gratificação de engajado ao ex-1º sargento do corpo de operarios militares do Arsenal de Guerra desta Capital, Augusto Candido Pereira Baptista de Oliveira..... 194\$875

Decreto n. 3.849 — de 7 de dezembro de 1900

Abre o credito especial para occorrer ao pagamento de vencimentos atrasados do pessoal encarregado da conservação da Fabrica de ferro de Ipanema..... 41:557\$600

Decreto n. 3.970 — de 26 de março de 1901

Abre o credito supplementar á verba 16ª — Material — consignação n. 34 — Transporte de tropas, do orçamento vigente.. 154:030\$119

 199:132\$594

Ministerio da Industria

EXERCICIO DE 1900

Decreto n. 3.637 — de 2 de abril de 1900

Abre o credito especial equivalente a cem mil libras sterlinas para occorrer ao pagamento devido á *Ceará Harbour Corporation, Limited*, nos termos do decreto n. 3.602, de fevereiro do corrente anno. 888:888\$888

Decreto n. 3.651 — de abril de 1900

Abre o credito especial para occorrer ao pagamento das differenças que soffreram nos seus vencimentos, durante o exercicio de 1897, os conductores de 1ª e 3ª classes da Estrada de Ferro Central do Brazil..... 31:162\$007

Decreto n. 3.672 — de 4 de junho de 1900

Abre o credito especial destinado ao pagamento da indemnização de 250:000\$ ao Banco União de S. Paulo e 400:000\$ ao engenheiro Francisco de Almeida Torres, pela rescisão dos respectivos contractos da fundação de nucleos colonias..... 650:000\$000

Decreto n. 3.773 — de 24 de setembro de 1900

Abre o credito para o pagamento devido a Alceste Petterle pela empreitada da estrada de rodagem do Porto de Cima a Figueira de Braço, no Paraná..... 18:973\$280

Decreto n. 3.857 — de 15 de dezembro de 1900

Abre o credito afim de saldar a indemnização arbitrada aos herdeiros de Joseph Hancox 240:000\$000

Decreto n. 3.923 — de 16 de fevereiro de 1901

Abre o credito para occorrer ás despesas com a construcção da linha telegraphica de Cuyabá a Corumbá..... 100:000\$000

Decreto n. 3.954 — de 12 de março de 1901

Abre o credito para occorrer ao pagamento das diarias de transporte dos engenheiros e

constructores technicos da Inspeção das Obras Publicas da Capital Federal, relati- vas aos mezes de janeiro a dezembro do exercicio findo de 1898.....	30:660\$000
---	-------------

Decreto n. 3.955 — de 12 de março de 1901

Abre o credito, em ouro, para occorrer ao paga- mento da gratificação devida ao escriptu- rario da Delegacia do Thesouro em Londres, Dario Caetano da Silva.....	1:643\$740
	1.961:327\$915

Ministerio da Fazenda

EXERCICIO DE 1900

Decreto n. 3.643 — de 16 de abril de 1900

Abre o credito especial para occorrer ao paga- mento do premio devido a Silva Moreira & Comp.....	9:150\$000
---	------------

Decreto n. 3.685 — de 19 de junho de 1900

Abre o credito para occorrer ás despesas com o estabelecimento da Alfandega de Porto Alegre.....	184:262\$505
--	--------------

Decreto n. 3.821 — de 9 de novembro de 1900

Abre o credito especial para pagamento de contas de fornecimentos feitos ao director do Jardim Botânico.....	508\$600
--	----------

Decreto n. 3.852 — de 11 de dezembro de 1900

Abre o credito especial para pagamento das despesas feitas com a recepção do Sr. Pre- sidente da Republica Argentina	12:345\$810
--	-------------

Decreto n. 3.905 — de 14 de janeiro de 1901

Abre o credito para a liquidação do direito cre- ditorio reconhecido a Karl Valais & Comp., Augusto Leuba & Comp. e Aretz & Comp., por accordão do Supremo Tribunal Fede- ral de 20 de outubro de 1900.....	603:618\$798
---	--------------

Decreto n. 3.909 — de 21 de janeiro de 1901	
Abre o credito supplementar á verba — Recebedoria da Capital Federal, no exercicio de 1900.....	53:950\$000
Decreto n. 3.936 — de 25 de fevereiro de 1901	
Abre o credito supplementar, em ouro, á verba — Caixa da Amortização, do exercicio de 1900.....	125:299\$391
Decreto n. 3.939 — de 25 de fevereiro de 1901	
Abre o credito supplementar á verba — Alfandega, do exercicio de 1900	216:085\$299
Decreto n. 3.961 — de 18 de março de 1901	
Abre o credito para liquidação da indemnização devida a Eduardo Martins & Comp., em virtude do accordão do Supremo Tribunal Federal de 23 de agosto de 1899	33:155\$773
Decreto n. 3.972 — de 27 de março de 1901	
Abre o credito supplementar á verba — Mesas de Rendas, do exercicio de 1900.....	280:000\$000
Decreto n. 3.973 — de 27 de março de 1901	
Abre o credito para liquidação do direito creditorio reconhecido a Pires Coelho & Irmãos, por accordão do Supremo Tribunal de 30 de janeiro do corrente anno.....	401:206\$890
Decreto n. 3.974 — de 27 de março de 1901	
Abre o credito para occorrer ao pagamento devido a João de Aquino Fonseca e Fonseca Irmãos & C., em virtude de sentença do juiz federal de Pernambuco, confirmada por accordão do Supremo Tribunal Federal.....	179:717\$480
Decreto n. 3.975 — de 27 de março de 1901	
Abre o credito para liquidação do direito creditorio reconhecido a Pires Coelho & Irmãos e outros por accordão do Supremo Tribunal de 21 de novembro de 1900	485:179\$824

Decreto n. 3.976 — de 27 de março de 1901	
Abre o credito para liquidação do direito creditorio reconhecido a Silva Guimarães & C. e outros por accordão do Supremo Tribunal Federal de 10 de outubro de 1900.	429:919\$460
Decreto n. 3.977 — de 27 de março de 1901	
Abre o credito para liquidação do direito creditorio reconhecido a Souza Filho & C. e outros por sentença do juiz federal nesta secção, confirmada por accordão do Supremo Tribunal Federal.....	1.797:502\$320
Decreto n. 3.980 — de 30 de março de 1901	
Abre o credito para liquidação do direito creditorio reconhecido a Theodor Wille & C., em virtude de sentença do juiz federal confirmada nesta secção, por accordão do Supremo Tribunal Federal.....	1.923:553\$391
Decreto n. 3.981 — de 30 de março de 1901	
Abre o credito para liquidação do direito creditorio reconhecido a D. Maria Constança de Gouvêa Soares e outros em virtude de sentenças do Poder Judiciario passadas em julgado.....	22:842\$380
Decreto n. 3.982 — de 30 de março de 1901	
Abre o credito para liquidação da indemnização devida ao Dr. Henrique Augusto de Albuquerque Milet e sua mulher em virtude de accordão do Supremo Tribunal Federal.	3:723\$200

6.762:021\$044

RESUMO	OURO	PAPEL
Ministerio da Justiça e Negocios Interiores...	4:200\$000	4.120:876\$955
» das Relações Exteriores.....	\$	224:379\$954
» da Marinha.....	\$	77:926\$138
» da Guerra.....	\$	199:132\$594
» da Industria.....	890:532\$628	1.070:795\$287
» da Fazenda.....	125:299\$391	6.636:721\$653
	<hr/> 1.020:032\$019	<hr/> 12.329:832\$581

Capital Federal, 30 de dezembro de 1901.—*Joaquim Martinho.*

TABELLA — B

Verbas do orçamento para as quaes o Governo poderá abrir crédito supplementar no exercicio de 1900, de accordo com as leis ns. 353, de 9 de setembro de 1850, 2.348, de 25 de agosto de 1873, e 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 8º, n. 2, e art. 28 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1887.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Soccorros publicos.

Subsidios aos deputados e senadores — Pelo que for preciso durante as prorogações.

Secretarias do Senado e da Camara dos Deputados — Pelo serviço stenographico e de redacção e publicação dos debates durante as prorogações.

Ministerio das Relações Exteriores

Extraordinarias no exterior.

Ministerio da Marinha

Hospitais — Pelos medicamentos e utensis.

Reformados — Pelo soldo de officiaes e praças.

Munições de bocca — Pelo sustento e dieta das guarnições dos navios da Armada.

Munições navaes — Pelos casos fortuitos de avaria, naufragios, alijamento de objectos ao mar e outros sinistros.

Frete — Pelas passagens e ajuda de custo autorizadas em lei e commissões de saques.

Eventuaes — Por gratificações extraordinarias autorizadas em lei e tratamento de praças em portos estrangeiros e nos Estados onde não ha hospitais e enfermarias, e para despesas de enterro.

Ministerio da Guerra

Hospitais e enfermarias — Pelos medicamentos e utensis a praças de pret.

Soldos e gratificações — Pelas gratificações de voluntarios e enajados e premios aos mesmos.

Etapas — Pelas que occorrerem além da importancia consignada.

Classes inactivas — Pelas etapas das praças invalidas e soldo de officiaes e praças reformados.

Ajudas de custo — Pelas que se abonarem aos officiaes que viajam em commissões de serviço.

Material — Diversas despesas pelo transporte de tropas.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Garantia de juro: ds estradas de ferro, aos engenhos centraes e portos — Pelo que exceder ao decretado.

Correio Geral — Para condução de malas.

Ministerio da Fazenda

Juros da divida interna fundada — Pelos que occorrerem no caso de fundar-se parte da divida fluctuante ou de se fazerem operações de credito.

Juros da divida inscripta, etc. — Pelos reclamados além do algarismo orçado.

Aposentados — Pelas aposentadorias que forem concedidas além do credito votado.

Pensionistas — Pela pensão, meio soldo do montepio e funeral, quando a consignação não for sufficiente.

Caixa da Amortização — Pelo feittio ou assignatura de notas.

Recebedoria — Pelas percentagens aos empregados e commissões aos cobradores, quando as consignações não forem sufficientes.

Alfandegas — Pelas percentagens aos empregados, quando as consignações excederem ao credito votado.

Mesús de Rendas — Pelas percentagens aos empregados, quando não bastar o credito votado.

Commissões dos vendedores particulares de estampilhas — Quando a consignação votada não chegar para occorrer ás despesas.

Ajudas de custo — Pelas que forem reclamadas além da quantia orçada.

Porcentagem pela cobrança executiva das dividas da União — Pelo excesso da arrecadação.

Juros diversos — Pelas importancias que forem precisas além das consignadas.

Juros dos bilhetes do Thesouro — Idem idem.

Commissões e corretagem — Pelo que for necessario além da somma concedida.

Juros dos empréstimos do Cofre dos Orphãos — Pelos que forem reclamados, si a sua importancia exceder a do credito votado.

Juros dos depositos das Caixas Economicas e dos Montes de Socorro — Pelos que forem devidos além do credito votado.

Exercícios findos — Pelas aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei e outras despesas, nos casos do art. 11 da lei n. 2330, de 3 de setembro de 1884.

Reposições e restituições — Pelos pagamentos reclamados quando a importancia dellas exceder a consignação.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1901. — Joaquim Murtinho..

DECRETO N. 835 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 100:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a Missão Especial que deve tratar da questão de limites com a Guyana Ingleza.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 100:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a Missão Especial que deve tratar da questão de limites com a Guyana Ingleza, fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olyntho de Magalhães.

DECRETO N. 836 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1901

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.954:500\$332, papel, e 2:676\$445, ouro, para attender ao pagamento de dividas de exercicios findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos extraordinarios de 2.954:500\$332, papel, e 2:676\$445, ouro, para attender ao pagamento de dividas de exercicios findos, segundo a relação abaixo, fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario:

	Ouro	Papel
Ministerio da Justiça.....	43:042\$551
Ministerio da Fazenda.....	554:667\$663
Ministerio das Relações Exteriores	2:676\$445	2:471\$133
Ministerio da Industria, Viação e		
Obras Publicas.....	82:863\$938
Ministerio da Marinha.....	1.125:172\$596
Ministerio da Guerra.....	1.146:282\$451

Capital Federal, 31 de dezembro de 1901, 13ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Martinho.

DECRETO N. 837 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1901

Eleva a 100\$000 mensaes a pensão que percebe D. Cybele de Mendonça Souza Monteiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica elevada a 100\$ mensaes a pensão que percebe D. Cybele de Mendonça Souza Monteiro, viuva do tenente honorario do Exercito Heleodoro Avelino de Souza Monteiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 838 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1901

Concede a D. Maria Izabel de Castro Pernambuco, viuva do ex-senador da Republica Dr. Joaquim José de Almeida Pernambuco, a pensão mensal de 300\$000.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' concedida a pensão de 300\$ mensaes a D. Maria Izabel de Castro Pernambuco, viuva do ex-senador da Republica Dr. Joaquim José de Almeida Pernambuco ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1901, 13º da Republica

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

DECRETO N. 839 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1901

Concede a D. Amelia Cavalcanti de Albuquerque a pensão mensal de 100\$000.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' concedida a D. Amelia Cavalcanti de Albuquerque, viuva do capitão de engenheiros Antonio Cavalcanti de Albuquerque, fallecido em consequencia de molestias adquiridas no Amapá, onde se achava em serviço do Estado, a pensão mensal de 100\$000.

Art. 2.º Fica o Governo autorizado a abrir os creditos necessarios para immediata execução desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim Murtinho.

